

DM

**A Sociedade Portuguesa (1805-1825)
à Luz dos Diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Beatriz Maria Figueira Freitas Rocha

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

junho | 2022

**A Sociedade Portuguesa (1805-1825)
à Luz dos Diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Beatriz Maria Figueira Freitas Rocha

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE

ORIENTAÇÃO

Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento

Agradecimentos

À professora Teresa Nascimento, pela sua sabedoria e ajuda, pela amizade e compreensão, quatro características fundamentais de uma brilhante orientadora.

À Daniela e ao Bruno, amigos de coração e incansáveis companheiros desta jornada.

À Sara e ao Ricardo, compadres e amigos, pela amizade fiel e companheirismo inquestionáveis.

Ao Óscar, meu “cãopanheiro”.

À minha avó, Filomena, por toda a transmissão de valores e ajuda durante toda a minha vida.

Ao meu marido, Roberto, meu porto de abrigo em todas as horas.

Ao meu pai, por nunca deixar de acreditar em mim.

E, por último, e mais importante, aos meus filhos, Constança e Vicente, por serem o motivo de toda a minha força e resiliência.

Resumo

Os diálogos como género foram alvo de pouquíssimos estudos na literatura portuguesa tal como o escritor, José Daniel Rodrigues da Costa, um autor conhecido pela sua escrita e bravura nas críticas realizadas à sociedade durante o século XVIII e inícios do século XIX. Expondo a realidade nua e crua com a maior transparência possível, tornou-se muito popular no seio da comunidade portuguesa, transformando assim todas as camadas sociais em seus assinantes assíduos para lerem os seus folhetos. Tendo em conta o legado deixado pelo escritor, procura-se analisar os diálogos de José Daniel Rodrigues, minuciosamente, dando conta das suas particularidades.

Palavras-chave: José Daniel Rodrigues da Costa, género, diálogo, sociedade, crítica.

Abstract

Dialogues as a genre have been the subject of very few studies in Portuguese literature such as the writer, José Daniel Rodrigues da Costa, an author known for his writing and bravery in the criticism made of society during the XVIII century and the beginning of the XIX century, Exposing naked reality and raw with the greatest possible transparency, it became very popular within the Portuguese community, thus making all social strata its assiduous subscribers to read its leaflets. Taking into account the legacy left by the writer, we seek to analyze José Daniel Rodrigues' dialogues in detail, giving an account of their particularities.

Keyword: José Daniel Rodrigues da Costa, gender, dialogue, society, history.

Índice

Introdução.....	8
Os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa	15
Elementos constitutivos do diálogo.....	17
Paratextos	21
Prólogos e as Introduções.....	26
A temática da sociedade e o impacto dos ideais liberais.....	32
O casamento	36
Os vícios do jogo e prémios	39
A educação dos pais	40
A inocência e a parvoíce	44
A problemática dos luxos e das modas	45
O dinheiro.....	48
O “Novo Portugal”	51
A pobreza do povo português.....	52
Os mexericos	53
As dificuldades de ser escritor	54
A ilusão das aparências	55
Evidências jocosas.....	55
A maldade	56
As boas almas.....	56
O desejo da mudança de sexo	57
O preconceito	57
A higiene	58
Alterações climáticas.....	58
A cidade e o campo	59

A religião.....	59
As personagens	61
A Enunciação	67
O riso nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa	69
Conclusão	74
Bibliografia.....	77
Anexos.....	83

Introdução

A literatura assume-se como uma área do saber que está presente desde as mais antigas civilizações até aos dias atuais. A literatura caracteriza-se como sendo uma herança vasta que é alvo de constantes descobertas. O objeto de estudo desta dissertação incidirá na análise da vida de José Daniel Rodrigues da Costa e da parte da sua obra constituída pelos diálogos, selecionados de entre a sua vasta produção bibliográfica. Foram analisados, no total, sete diálogos do autor, a seguir enunciados: *A murmuração no passeio de S. Pedro D'Alcantara, em que fallão um Doutor velho - hum capitão, hum frade, hum poeta e um Taful sentados no passeio público* (1795)- *A Murmuração I, Hospital do mundo: obra critica, moral e divertida em que he medico o desengano, e enfermeiro o tempo* (1805)- *O Hospital do Mundo; Partidista contra partidistas e jacobinos praguejados: dialogo entre hum partidista, e hum verdadeiro amigo* (1809)- *O Partidista contra partidistas; Conversação nocturna das esquinas do Rocio de Lisboa* (1812)- *Conversação Nocturna; Tribunal da razão : onde he arguido o dinheiro pelos queixosos da sua falta : obra critica, alegre e moral* (1816)- *Tribunal da Razão I e II Parte; Confissão que faz certo penitente aos pés do ex-paulista encomendado* (1822)- *Confissão ; Novidades de Lisboa Dadas por Bento Aniceto, lavrador ao seu compadre, cura da sua freguezia na provincia da Beira* (1823)- *Novidades de Lisboa; Azurrague de Patifes ou Diálogo Entre um Português honrado, e um Sevandija Peralvilho: no dia 6 de junho de 1823-* *Azurrague de Patifes, Segunda parte da murmuração no passeio público em que falam um doutor velho, um capitão, um frade, um poeta, um taful e o se barbeiro metido a fazer versos ouvida por José Daniel Rodrigues da Costa, Leiriense* (1825)- *Murmuração II.*

A especificidade do diálogo português tem sido alvo de poucos trabalhos de investigação, sendo da autoria de Maria Teresa Nascimento o único estudo abrangente dedicado ao género (1532-1618). A fortuna do género deixa ainda um vastíssimo campo por explorar, pelo que a atenção consagrada a José Daniel Rodrigues da Costa encontra plena justificação. Na verdade, a sua obra tem suscitado interesse dos estudiosos, sem se deter no seu papel de compositor de diálogos e na caracterização deste género.

Marcando a diferença pela sua irreverência, nos diálogos, o escritor não se limita somente ao diálogo é possível ler-se também: epigrama (conferir anexo I) motes, odes, adivinhações, cartas e entre outros.

Os diálogos constituem-se como um conjunto de variações interessantes. Verificar-se-ão obras em forma de folheto, como o caso do *Hospital do mundo* e o *Tribunal da Razão* (2º parte), enquanto a 1º parte do *Tribunal da Razão* estará dividida em partes onde a paginação se reinicia a cada nova parte. Diálogos tais como: *A Confissão que faz certo penitente*, *Azurraque de Patifes*, *Conversaço Nocturna*, não são divididos por folhetos ou partes, nem menciona tal facto, como também, não há quebra e reinício de paginação. No diálogo *Novidades de Lisboa*, a sua composição mudará ligeiramente, não está dividido em folhetos nem em partes. Do ponto de vista estrutural no decurso do diálogo, serão introduzidas leituras, mandamentos e sonetos. No diálogo *Murmuração* o escritor iniciará de imediato o diálogo, sendo esta única exceção.

A sua obra está repleta de bom humor, e é através do divertimento que exprime a sua crítica à sociedade do século XVIII e do primeiro quartel do século XIX, dando conselhos e expondo as suas opiniões. Assumindo a sua atividade literária como um ato de cidadania, o autor demonstra a sua manifestação e afeição aos princípios dos pensadores do Iluminismo que defendiam a arte como forma de intervenção social, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento moral da sociedade. Também se assume como educador social pois preocupa-se em promover o bom e o mau que habita na sociedade, falando das suas virtudes e criticando os vícios da comunidade, do ponto de vista político, económico e social.

Neste sentido e em consonância com a herança deixada pelo escritor, mostraremos a realidade, vista pelos seus olhos, de uma época conturbada como foi a do século XIX.

Nascido na segunda metade do século XVIII, José Daniel Rodrigues da Costa é referido em algumas composições com o pseudónimo de Josino Leiriense (conferir anexo II).

Este autor multifacetado, poeta, dramaturgo, redator, editor, empresário, funcionário fiscal, oficial de milícias e, sempre que a oportunidade surgisse, vendedor dos seus próprios folhetos, encantava os seus leitores, prometendo leituras divertidas, ao mesmo tempo que também desencantava todos aqueles que levavam a sua escrita como

uma afronta. Esquecido, hoje, pelo implacável tempo, outrora fazia sucesso junto dos seus fiéis leitores, marcando a sua diferença e destacando-se de todos os autores daquela época. Com o intuito de aprofundar o estudo do diálogo, analisar-se-á a estrutura, as personagens e o tipo de enunciação presente nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa.

A data do nascimento deste autor não é consensual, tendo-se recorrido às suas obras, no sentido de nelas se colherem dados para esclarecer a questão. Alberto Pimenta, no prefácio *O balão aos habitantes da Lua*, contesta as informações facultadas por Inocêncio que afirma José Daniel Rodrigues da Costa, natural de Leiria, teria nascido a 31 de dezembro de 1757:

A respeito da notícia de Inocêncio há, no entanto, algumas observações a fazer. Quando à data, convém dar preferência ao ano de 1755, já que o próprio José Daniel, num auto-retrato jocoso, mas condizente, publicado em *Cowboy de Mentiras* (Lisboa 1801), diz: Nasci no ano de horrores,/ Quando Lisboa tremeu,/ Minha Mãe tremeu com dores.” E num soneto abaixo transcrito, dirigido ao Infante D. Miguel no que o autor faz 67 anos há um verso (“Neste mês, vinte e hum Anos vos aponto”) que, tomada em conta a data de nascimento do dito infante (26-10-1802), faz com que o ano de nascimento de José Daniel Rodrigues da Costa possa ser 1755 ou 1756, conforme a interpretação daquele “vos aponto”, mas nunca 1757. (Pimenta, 1978: 11-12)

Outras pistas são as que sugere Ferreira, conduzindo o leitor ao poema: “A Sua Magestade Imperial, e Real, a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon”, em que se lê:

No dia 30 de Outubro, em que o Autor fez os seus Anos em 1827” pode ler-se, “Contando quatorze Lustros/ E com eles mais hum ano,” ou seja, 71 anos, o que remete para a data de nascimento de 1756¹. De igual forma, no soneto “O Autor no dia dos seus anos, em 1821”, este afirma contar sessenta e cinco anos. Contudo, se se tiver em consideração uma “Epistola”, impressa no início da obra *Coleção de todas as obras modernas, que o Autor tem feito a sua Real Magestade o augusto senhor D. Miguel I*, observa-se que o autor refere que “cont[a] “sessenta e seis anos”, o que remete para 1757. Esta data é questionada por António Coimbra Martins, apesar de ser considerada como a mais certa por Inocêncio. Assim, com base nestes elementos, conclui-se que esta margem temporal tem de ser considerada na determinação da idade do autor. Quanto ao dia do nascimento, fica expressa, no poema atrás referido, entre outros, a indicação do dia 30 de Outubro, apesar de Inocêncio apontar o dia 31 do mesmo mês. O local de nascimento terá sido Bouças, freguesia das Colmeias, concelho de Leiria. (Ferreira, 2011: 14-15)

¹ Referência de Maria Ferreira: “Offerecendo o Author a S. R. Magestade todas as suas Obras, como grato ao Real Agrado que sempre lhe mostrou; Offerta que foi feita antes do Mesmo Senhor partir para Alemanha, em 1823.”, *Idem*.”

José Daniel Rodrigues da Costa, após a morte do seu pai, sai da sua terra natal para ir viver para Lisboa:

Contava apenas dois anos d'idade, quando foi trazido para Lisboa, e entregue por falecimento de seu pai ao amparo de umas senhoras caridosas, que o educaram e sustentaram, às quais depois valeu agradecido em suas precisões, como ele próprio declara nas Rimas abaixo mencionadas. Não podendo cursar os estudos superiores aos de primeiras letras e gramática latina por falta de recursos pecuniários, acolheu-se à proteção do desembargador António Joaquim de Pina Manique, administrador de Alfandega das Sete Casas ao qual lhe conferiu a administração chamada das quatro portas da cidade e ramo de Belém; e como retribuição dos serviços ali prestara obteve a final uma tença, a propriedade de ofício de escrivão e tabelião de notas em Portalegre. Foi ajudante das ordenanças de Alenquer, e promovido depois a Major da legião nacional do Paço da Rainha. (Inocência: tomo IV. 1860: 304)

José Daniel Rodrigues da Costa, na obra *Rimas Offerecidas ao Illustrissimo Senhor Theotónio Gomes de Carvalho*, utiliza o pseudónimo de Josino Leiriense e afirma pertencer à Arcádia, conforme o indica Inocência no seu *Dicionário bibliográfico português*.

Já a pertença do autor à Arcádia não se parece confirmar, segundo sustenta João-Palma Ferreira (Palma Ferreira, 1982: 96). Na lista de nomes daqueles que seguramente integraram a Arcádia, nada remete para a indicação de José Daniel.

Apesar de não ter formação na área das letras, escrevia com dedicação, mesmo sendo motivo de troça para outros escritores da época que “malbarataram o seu talento”, como Tomás P. Brandão, Tolentino, Filinto Elísio e Bocage (Ferreira, 2011: 72). Sobre o modo como este último via a escrita de José Daniel Rodrigues da Costa, leia-se o seguinte excerto:

Não admira, pois, que Bocage, para quem a literatura é sobretudo manifestação estética, lhe tenha dirigido vários sonetos satíricos. José Daniel, imerso no seu mundo da pequena burguesia, alheio a tertúlias, ignora conforme os confrades e continua a fazer e, no dizer de Bocage, a vender ele mesmo “por essas ruas”, essas obras em que, ainda segundo Bocage, “Fala em ópios, em manas, fala em primas, / Diz coisas de que a plebe não desgosta, / Morde em peraltas, na ralé disposta/ A saltos, macaquices, pantomimas. (Pimenta, 1978: 14)

Ainda assim, e não obstante as afirmações de José Daniel Rodrigues da Costa, ao referir as críticas de que era alvo, são vários os autores a mencionar a popularidade de que gozou. Assim o veremos, por exemplo em Inocêncio e Adelto Gonçalves, o primeiro deles, destacando as sucessivas reimpressões da obra, ainda em vida: “Era de maravilhar a ânsia com que nos tempos antigos, pelo testemunho que o presenciaram, se procuravam os seus escritos, publicados na maior parte periodicamente, e que (coisa não muito ordinária entre nós) foram reimpressos em sua vida.” (Inocêncio, 1860: 304) e o segundo, acrescentando, ainda, a comparação com autores da época.

José Daniel Rodrigues da Costa soube adaptar-se e moldar-se aos tempos em que vivia, escrevia tanto com os ideais liberais como também com os ideais mais conservadores, tal como se irá confirmar na análise dos diálogos: *Confissão que fez certo Penitente o Hospital do Mundo*.

Ao contrário do que muitos imaginam, ao final do século XVIII, em Lisboa, não eram de Bocage os versos que mais se repetiam na boca dos cultores de poesia (...) Só que a essa época o poeta mais popular de Lisboa não era nem Bocage nem Caldas Barbosa. Era, sim, José Daniel Rodrigues da Costa, cuja linha de actuação não diferia muito da do clérigo brasileiro². Quem se der ao trabalho de na Biblioteca Nacional de Lisboa folhear a colecção da Gazeta de Lisboa daqueles anos vai logo descobrir que era quem mais publicava. (Gonçalves, 2007)

As sucessivas tiragens das suas obras não nos permitem, ainda assim, avançar com dados precisos relativamente à situação económica do escritor.

No confronto das leituras de Inocêncio Silva, Maria Ferreira e Rosa Ferreira com os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, a situação económica do escritor poderá não ser clara e por vezes, contraditória. Maria Ferreira, através da análise do percurso do autor e opiniões fundamentadas de outros estudiosos, como também tendo em conta os registos deixados pelo mesmo conclui:

Na verdade, quando se analisa o percurso deste autor, uma das questões que se oferece colocar é a que diz respeito ao facto de este ter assegurado a sua sobrevivência através dos cargos e pensões alcançados ou da venda dos seus folhetos, de tal forma estes aspetos se encontram

² O clérigo brasileiro presente nesta citação diz respeito a Domingos Caldas Barbosa, escritor naturalmente brasileiro, nascido em 1740. Viajou para Portugal para ingressar na Universidade de Coimbra. Domingos Barbosa experimentou a ventura de conhecer D. José Luís de Vasconcelos e Sousa, o conde de Pombeiro aquando da sua chegada a Portugal. Distinguiu-se como animador de salões onde estabeleceu amizades de grande poder e influência que lhe garantiram a inscrição na Arcádia de Roma com o pseudónimo Lerenio Selinuntino.

interligados. No entanto, se se tiverem em conta os testemunhos biográficos do autor, como já foi referido, poder-se-á concluir que a escrita, não sendo o seu principal meio de subsistência, constituiu, ainda assim, uma importante fonte de receita, algo que é raro nesta época. (Ferreira, 34: 2011)

Rosa Ferreira observa, por seu lado, que José Daniel enfrenta dificuldades como a maioria do povo português, mas, “graças ao seu trabalho, ganha dinheiro que faz circular na comunidade, contribuindo para dinamizar a economia, sustentando-se e ajudando a sustentar os outros: do alfaiate ao sapateiro, passando pelo barbeiro e pelo galego.” (Ferreira, 256: 2018).

Em *Manoel Maria Du Bocage Excerptos: seguidos de uma notícia sobre sua vida e obras, um juízo crítico, apreciações de belezas e defeitos e estudos da língua*, publicados por José Noronha, afirma-se que “José Daniel [tinha] por uso andar nas algibeiras peçadas dos seus folhetos oferecendo-os pelas ruas a quantas pessoas topava.” (Noronha, 1867: 2), denotando uma situação financeira confortável e segura para poder presentear o seu trabalho nas ruas. Também podemos inferir que entregava os seus folhetos de forma gratuita com o intuito de publicitar o seu trabalho e com isso angariar mais leitores e assinantes.

É ainda, na referida obra, que José Daniel Rodrigues da Costa nos evidencia, através da amizade que em tempos tivera com Bocage, novas referências económicas:

Acervam que entre Bocage e José Daniel se dera uma vez,
no tempo em que erão amigos, o diálogo que vai ler-se:
- Ó José Daniel, entremos aqui no Nicola.
- Pronto.
- Manda vir genebra e cigarros. Depois do refocilados, diz
Bocage:
- Ora agora paga, para irmos dar uma volta à Lage.
- Paga! *Non potest esse*, que estou à paz do piroló. Paga tu!
- Eu é que não professo real.
- Também eu não arrotó de ricaço; não convidasses um
pobretão.
- Pobretão! Pobretão! (Noronha, 1867: 1-2)

José Daniel Rodrigues da Costa vê serem-lhe atribuídos os direitos de autor por um prazo de dez anos por D. João Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, algo pouco comum na época:

Dom João por Graças de Deus Príncipe Regente de Portugal, e dos Algarves, d'Aquem, e de Mar em Africa de Guiné, etc. Faço saber que havendo respeito ao que Me representou José Daniel Rodrigues da Costa, à fecundidade da sua imaginação, e à decência com que sempre se tem exprimido nas Obras de que é Autor (...) Registada na Chancelaria Mor da Corte, e Reino no Libro de Officios e Mercês afolhas cento e noventa e quatro. Lisboa dez de Setembro de mil oitocentos e quatorze. Agostinho de Sousa Salvador (Pimenta, 1978: 16 e 18)

Antes da sua morte, José Daniel recebe como presente de D. Miguel uma pensão anual, dela tendo desfrutado pouco tempo³. Faleceu a 7 de outubro de 1832, na sua habitação, na travessa do Forno nº 2, freguesia de N. S. dos Anjos, em cuja igreja paroquial foi sepultado de frente ao altar do Santíssimo” (Inocêncio, 1860: 304). José Daniel, possivelmente, nunca deixou o seu trabalho para se dedicar à escrita devido à dificuldade que era viver apenas das produções literárias. Daniel Rodrigues da Costa era um homem trabalhador, tinha o seu emprego a tempo inteiro e dedicava-se à escrita nas suas horas livres.

³ Como afirma Inocêncio da Silva no *Dicionário bibliográfico português*. p.304 Tomo IV

Os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa

A origem do diálogo remonta à Antiguidade Clássica, onde se salientam personalidades tais como Platão, Cícero e Luciano, com influência diversa no diálogo português, o qual tem sido pouco estudado. Afirmo Maria Teresa Nascimento que em Portugal os diálogos surgem na época do Renascimento:

Não nos surpreenderá, em pleno desabrochar do Renascimento em Portugal, o aparecimento de um número significativo de diálogos, sem equivalente, todavia, em termos quantitativos, a outras literaturas europeias, como a espanhola ou a italiana. Trata-se afinal, da revivificação, em Portugal, mais tardia do que em Itália, de um género que desde a Antiguidade, embora de maneira desigual, não desaparecera, todavia, das literaturas ocidentais, mas que a eclosão do Renascimento conferirá verdadeiro direito da cidadania. (Nascimento, 2011: 13)

Chegando ao século XIX, fruto de uma longa caminhada, a escrita do diálogo perdurou, tal como afirma Teresa Nascimento: “A ductilidade temática do diálogo, aliada às suas extraordinárias capacidades pedagógicas, seria, com certeza, responsável pela invulgar vitalidade do género que chega, assim, ao séc. XIX, em Portugal, sem quaisquer quebras de continuidade.” (Nascimento, 2011: 29).

Os folhetos escritos por José Daniel Rodrigues da Costa são produzidos nos finais do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, marcado pelo pré-romantismo que desaparece ou se esbate com as invasões francesas (Machado, 2011-2012:34). Com as invasões francesas e com a disseminação dos pensamentos iluministas, inaugura-se o período romântico. Nos diálogos do escritor publicados no século XIX não é evidente a inspiração do período pré-romântico, mas sim, observamos influências do período posterior: o romântico, no que diz respeito à crítica social e à exaltação da nação e da cultura portuguesa.

A Francofobia e a Anglomania estarão presentes nas escritas literárias de José Daniel Rodrigues da Costa, o que verificaremos nos diálogos que serão objeto de estudo como também em outras obras do escritor. Este expressará a sua visão claramente anti napoleónica e mostrará uma imagem extremamente negativa da França, a título de exemplo nos versos intitulados: *Protecção à franceza*, publicado em 1808, verificaremos um excerto que expõe a visão crítica do escritor:

Que vieram cá fazer
Sem lhes mandarmos recado?
Comeram-nos pão e gado
Pondo tudo em confusão!
Desta gente a protecção Tem diversa natureza!
É protecção à francesa...(Costa, 1808: 1).

O autor menciona, em diversos momentos, as invasões napoleónicas em tom satírico e mordaz. Estas críticas são mais proeminentes nos diálogos da *Conversação Nocturna* e no *Azurrague de Patifes*. As invasões mudaram a sociedade portuguesa, deixando uma marca literária em diversos escritores que vivenciaram essa época, sobretudo José Daniel Rodrigues da Costa.

Elementos constitutivos do diálogo

Gérard Genette na sua obra original em francês intitulada *Seuils* (1987) dedica-se ao estudo e à explicação do propósito dos elementos que compõem o paratexto. Estes componentes podem ser identificados em qualquer tipo de publicação, no entanto, não significa que todos eles estejam presentes na composição do livro. A utilização dos paratextos depende de diversos fatores, por exemplo: da “moda” em voga entre escritores e editoras, do género, da edição, entre outros. Segundo Genette, os paratextos são constituídos pelo: título, subtítulos, intertítulos, prefácios, prólogos, dedicatórias, entre outros que serão analisados neste capítulo. Genette principia por descrever o peritexto editorial como parte integrante de uma publicação de um livro. É nesta fase inicial que se irá iniciar o processo da estética do livro, a título de exemplo, será discutido o seu formato, a sua composição, a página de rosto, as coleções e a capa. A capa irá conter informações relativamente à obra (título, editor, preço de venda eventualmente ...).

As capas dos livros de José Daniel Rodrigues da Costa não possuem qualquer tipo de informação, têm apenas a função de agregar e organizar os folhetos do escritor. As páginas de rosto incluem-se no denominado peritexto. São aquelas que se sucedem à capa: "Elle comporte généralement, outre le titre proprement dit et ses annexes, le nom de l'auteur, le nom et l'adresse de l'éditeur. Elle peut comporter bien d'autres choses,, (...)" (Genette, 1987: 20) Particularmente, as páginas de rosto de José Daniel Rodrigues da Costa seguem em parte a mesma organização, não têm muita discrepância umas das outras. A título de exemplo, nos mensais do *Hospital do Mundo*, o nome do escritor apenas está referido na página de rosto referente ao mês de janeiro. Já no *Tribunal da Razão* tanto na primeira como na segunda parte destes folhetos está referenciado o nome do autor sempre que se inicia um novo folheto. Na *Conversa Nocturna* encontraremos também o nome do escritor na página de rosto. É de realçar que a indicação do nome do autor, na capa e na página de rosto, possuem funções distintas. O nome referido na capa tem dimensões muito variáveis: “selon la notoriété de l'auteur, et, quand les normes de collection s'opposent à toute variation, une jaquette lui donne le champ libre, ou une bande permet de le répéter en caractères plus insistants, et parfois sans prénom, pour faire plus célèbre." (Genette, 1987: 25). Relativamente à página de rosto, o nome assumirá características mais humildes e discretas. Outras informações ser encontradas nessa mesma página como a referência ao título da obra e a identificação das personagens que

estarão a dialogar. Estas são as características mais comuns entre estes diálogos.

Esta prática de referir o nome e título da obra em questão teve a sua evolução, por exemplo, na época clássica eram ocultados das publicações. Já na época medieval não haveria um consenso decisivo para estas referências, segundo Genette: "le nom de l'auteur et le titre de l'oeuvre, si ce n'était une mention intégrée, ou plutôt noyée dans les premières (incipit) ou dernières (explicit) phrases du texte.." (Genette, 1987: 24). O título assume a função de designar a obra, atingir um público-alvo e expor o conteúdo que poderá ser encontrado. Com o passar das épocas adquiriu locais decisivos. Segundo o estudioso, o título aparece em quatro lugares "quase obrigatórios" na capa, na lombada, na página de rosto e na página de anterosto. Genette identifica dois tipos de títulos que se poderão encontrar nos livros:

Os títulos temáticos que possuem uma relação com o conteúdo a ser tratado na obra, tal como afirma Genette:

Je qualifierai pourtant tous les titres ainsi évoqués de thématiques, par une synecdoque généralisante qui sera, si l'on veut, un hommage à l'importance du thème dans le « contenu » d'une oeuvre, qu'elle soit d'ordre narratif, dramatique ou discursif. De ce point de vue, sans doute, tout ce qui, dans le « contenu », n'est pas le thème, ou l'un des thèmes, est en relation empirique ou symbolique avec lui, ou avec eux. (Genette, 1987: 47)

Nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa será este tipo de título utilizado, todos terão uma correlação com o conteúdo abordado e serão identificadas as personagens que estarão em interlocução. Servem de exemplo os seguintes diálogos: *Hospital do mundo*: será a este lugar que os doentes irão recorrer para serem curados das suas doenças e o *Tribunal da razão* (I e II Parte): um local onde se sentenciam os indivíduos culpados pela sua má gestão financeira; *A Conversação Nocturna* terá como personagens as Esquinas que confidenciam entre elas o que se vivenciava nas ruas de Lisboa, numa época em que Portugal estava sob domínio dos franceses; *As Novidades de Lisboa* tem a personagem Aniceto que trará novidades da capital que se encontrava fragilizada devido à instabilidade social, política e económica; em *O Azurrague de Patifes* as personagens irão confrontar as suas ideias através do diálogo relativamente à religião católica e aos ideais iluministas; em *A Murmuração* (1º e 2º parte), as personagens envolvidas no diálogo estão identificadas no título e irão "murmurar" e criticar sobre a sociedade e os seus costumes; e por fim, a *Confissão que faz certo penitente*, incluirá a confissão da

personagem penitente sobre os pecados alheios e não do próprio.

Os títulos remáticos contrariamente aos títulos temáticos, possuem uma significação genérica e ambígua, o leitor não consegue depreender o conteúdo que será abordado a partir do título, podendo inclusive ser tão abstratos que dificilmente tenham uma significação lógica num primeiro momento antes da leitura:

D'autres titres rhématiques sont encore un peu plus loin de toute qualification générique, désignant l'œuvre par un trait plus purement formel, voire plus accidentel: Décaméron, Heptaméron, Ennéades, Nuits attiques, The Friday Book, En français dans le texte, Manuscrit trouvé à Saragosse – d'où cette série non close : Manuscrit trouvé dans une bouteille (Poe), dans une cervelle (Valéry), dans un chapeau (Salmon). Ou, d'une manière encore plus vague, mais qui vise toujours manifestement le texte lui-même, non son objet : Pages, Écrits, Livre (Barnes : Un livre, Guyotat : le Livre). Ou ce titre à la fois interrogatif et autoréférentiel : Raymond M. Smullyan, What Is the Name of this Book ? (Genette: 1987: 50)

Consequiremos encontrar a fusão destes dois títulos em simultâneo. A atribuição do título partirá do elemento genérico e do elemento temático, esta combinação está presente nas obras teóricas tal como afirma Genette: “(...) Tous les titres de ce type commencent par une désignation du genre, et donc du texte, et continuent par une désignation du thème. Cette formule éminemment classique, et d'une grande netteté, était particulièrement employée pour des œuvres théoriques” (Genette: 1987: 50).

Contudo, a existência das diferenças notórias entre estes tipos de títulos identificados não significará funções distintas. Ambos terão o propósito de descrever o seu livro, tal como afirma Genette, o título temático apresenta o conteúdo ou tema a ser abordado e o título remático expõe o que é a obra, mas, não será o título o principal responsável para a compra do livro ou leitura. Em *Seuils*, Genette reserva um subcapítulo intitulado de “*Séduction?*” onde aborda o encargo demasiado sedutor colocado no título como sendo este o principal responsável pela venda ou leitura do conteúdo. O livro não se cinge exclusivamente ao título:

Avec cet effet Jupien du titre trop séduisant, nous touchons sans doute à l'une des ambiguïtés, paradoxes ou effets pervers, du paratexte en général, que nous retrouverons par exemple à propos de la préface proxénète ou non, le paratexte est un relais, et, comme tout relais, il lui arrive parfois, si l'auteur a la main trop lourde, de faire écran, et finalement obstacle à la réception du texte. Moralité : ne soignons pas trop nos titres – ou, comme disait joliment Cocteau, ne parfumons pas trop nos roses. (Genette, 1987: 53).

Os intertítulos também são objeto de reflexão por Genette, entende-se por intertítulos como sendo um: "titre d'une section de livre: parties, chapitres, paragraphes d'une texte unitaire, ou poèmes, nouvelles, essais constitutifs d'une recueil." (Genette,1987: 169). José Daniel Rodrigues da Costa utiliza intertítulos para conceder ao leitor uma leitura organizada e com sentido. Nos diálogos *Hospital do Mundo* e *Tribunal da Razão* está mais evidente este tipo de divisão. Os seus folhetos estão divididos e assinados devidamente, realizando o escritor esta distribuição por número de folheto e mês (como é o caso do *Hospital do Mundo*) ou por número de folheto ou partes (como será o exemplo do *Tribunal da razão*).

– Paratextos

As epígrafes estão presentes em todos os folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa logo após a página de rosto. As epígrafes podem apresentar-se de forma diversificada (tipo de letra, a identificação do autor da citação ou não, entre outros) não apresentando um padrão estabelecido. Podem ser utilizadas de acordo com a preferência do editor e do autor do livro. Genette, no subcapítulo dedicado aos "*Épigrapheurs*" afirma que a epígrafe em grande parte é alógrafa, ou seja, há uma escolha de uma citação de um autor diferente que não seja o escritor da obra: "L'épigraphe est le plus souvent allographe, c'est-à-dire, selon nos conventions, attribuée à un auteur qui n'est pas celui de l'œuvre, (...)" (Genette, 1987: 87). Existem também as citações autógrafas que são da autoria do próprio escritor do livro e que Genette refere como sendo uma falta de modéstia: "Je ne connais aucune illustration parfaite de ce type d'auto-attribution, qui manquerait lourdement à toute modestie." (Genette, 1987: 88)

A localização das epígrafes tem variado ao longo dos tempos, sendo privilegiada a página de rosto, inicialmente, para depois, elas se situarem, logo após essa mesma página ou mesmo no final da obra. As epígrafes experimentaram algumas mudanças ao longo dos séculos e atualmente podemos encontrá-la após a página de rosto (como será analisado nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, para as duas últimas situações). As funções da epígrafe alteram-se conforme o lugar onde estão colocadas:

(...) Il va de soi que ce changement de place peut entraîner un changement de rôle ; l'épigraphe liminaire est, pour le lecteur, en attente de sa relation au texte, l'épigraphe terminale est en principe, après lecture du texte, d'une signification évidente, et plus autoritairement conclusive : c'est le mot de la fin, même si l'on affecte de le laisser à un autre. (Genette, 1987: 135)

É importante realçar que os paratextos nem sempre têm uma função esclarecedora com lógica e com sentido acerca do livro ou das personagens que farão parte. tal como afirma Teresa Nascimento:

Nem sempre o paratexto, quando existe, nos facultava explicações para a reunião das personagens que, na maior parte das vezes, se apresenta, aliás, sem motivo. (...) alguns diálogos tentarão justificar como personagens quase sempre desconhecidas umas das outras unem as suas vontades, apresentando-se, através da conversação, a manifestar, esclarecer ou ver discutidas as suas convicções sobre o mundo interior ou exterior. (Nascimento, 2011: 353)

Relativamente a José Daniel Rodrigues da Costa a entrada no diálogo não se faz de modo abrupto. O escritor vale-se quase sempre de um aparelho paratextual invariavelmente constituído por epígrafes alógrafas (conferir anexo III) ou do próprio autor, epígrafes autógrafas (conferir anexo IV), como que antecipando o tema do diálogo que precede. Estes paratextos têm como função ornamentar os seus diálogos e estabelecem ainda uma ligação com a temática que irá ser tratada.

Primeiramente, iremos analisar as epígrafes alógrafas. No diálogo o *Hospital do Mundo*, todas as páginas de rosto dos folhetos mensais surgem com citações. A título de exemplo, no I folheto, correspondente ao mês de Janeiro, após a página de rosto, há uma citação de Sá Miranda, da Carta I a El Rei D. João VI:

Ora eu que respeito havendo
Ao tempo, mais que ao estilo,
Irei fugindo ao que entendo,
Farei como os Cães do Nilo,
Que correm e vão bebendo. (Sá Miranda, da Carta I a El Rei D. João VI)

Notar-se-á a referência à passagem do tempo. Serve esta epígrafe, através da analogia estabelecida com os cães do Nilo evocada por Sá Miranda, para afirmar a fugacidade do tempo.

Noutras obras, deparamo-nos com duas epígrafes em partes diferentes, uma na folha de rosto do folheto e outra antes do diálogo, sendo este o caso da *Conversação Nocturna*, onde consta o Epigrama extraído dos *Epigramas portugueses de 1793* de Guerreiro na página 5:

Obra minha aonde vás,
Que em me fahindo da mão
Mil unhas levarás,
He pena de Talião,
Porque tu também as dás.

Na epígrafe referida anteriormente, constatamos que o autor está a aludir às suas obras, muitas delas alvo de grandes polémicas e críticas devido aos temas apresentados pelo escritor, dado que maioritariamente, as apreciações negativas realizadas na sua obra

são dirigidas às mulheres. Reaveremos logo após o prólogo, uma epígrafe de Couto Guerreiro⁴ extraído dos *Epigramas portugueses de 1793* na página 4:

Não é contigo, Leitor,
O que escrevo de má-fé,
Mas se por merecedor
Em ti o quiseres pôr,
Contigo acredita que é.

O autor abordará questões que são direcionadas diretamente ao leitor, pois, nesta obra serão enunciadas críticas sobre o modo de vida da sociedade. Mas, adverte que o diálogo que sucede não é destinado diretamente a alguém, mas caso o leitor se reveja nas situações descritas, José Daniel Rodrigues da Costa dirige-se a ele. Verificar-se-á no diálogo *Azurraque de Patifes*, na capa tem uma epígrafe da trova de Bandarra 151:

(...) guardará a Lei
De todas as heresias
Derrubará as fantasias
Dos que guardão o que não sei⁵ (Bandarra Trova 151)

Esta epígrafe não aparecerá por acaso, pois, o diálogo está relacionado com a religião católica em detrimento dos pensamentos iluministas, após o prólogo, o autor volta a citar Bandarra, facultando factos históricos num sentido metafórico:

Vejo sair um Fronteiro⁶
Do Reino de trás da Serra
Desejoso de pôr guerra
Esforçado Cavaleiro.
Este será o primeiro,
Que porá o seu PENDÃO
Na cabeça do Dragão
Derruba-lo-há por inteiro.
Acho que depois virá
Às ovelhas um PASTOR⁷
Mui manso e bom guardador, que o fato⁸ (Bandarra)

⁴ O mesmo autor mencionado anteriormente. José Daniel Rodrigues da Costa apenas referencia o autor das epígrafes de forma diferente.

⁵ Autoria de Gonçalo Anes Bandarra (1500-1556), este sapateiro e profeta deixou o legado das suas trovas, sendo que estas foram posteriormente associadas à época do sebastianismo e do milenarismo.

⁶ O Leal Silveira (Nota do autor)

⁷ O Sr. D. João VI (Nota do autor)

⁸ Fato significa rebanho de gado (nota do autor)

No diálogo *Novidades de Lisboa*, o escritor utiliza um paratexto anónimo antes de iniciar o seu diálogo. Este paratexto remete para a dificuldade do escritor em conseguir se adaptar aos gostos literários de todos os leitores, pois, os seus folhetos não têm o luxo e a gula que alguns indivíduos procuram incessantemente:

Sentado à banca o Vale, a pena apara,
Dobra papel, fitando olhos no tecto,
Abre livros, escreve; raspa, e ricas,
Conversando com as Musas, circunspecto:
Mas o maior trabalho é ver, se acerta no gosto dos Leitores; que hoje em
dia,
O que não pertencer a luxo, e gula.
Em nada, ou em mui pouco se avalia. (Anónimo, 1823)

Seguidamente iremos analisar as epígrafes autógrafas. Contrariamente às outras obras, no *Tribunal da Razão*, na primeira parte, o autor realiza uma apreciação da sua autoria para alertar a quem o ler sobre a temática abordada no diálogo e a sua finalidade, ou seja, José Daniel Rodrigues da Costa propõe uma leitura que sirva de reflexão:

Debaixo de uma crítica miúda
Corto os vícios, que os homens precipitam:
Feliz daquele, que em vencer estuda
Dominantes paixões, que nos agitam:
A pura, e sã Moral, esta obra escuda;
Que as correções virtudes facilitam;
Mas quem delas tirar lição não sabe,
Deve esperar o nome, que lhe cabe. (Costa, 1816, 1º parte)

Na segunda parte da obra anteriormente referida, o autor expõe a sua opinião quanto ao vício dos homens e à necessidade de uma correção para esses males:

A virtude aos mortais caracteriza,
O vício e quem o Mundo desordena,
Foi neste a correção sempre precisa,
Naquela alto louvor de doura pena;
O vício perde os homens, e os desliza,
A virtude alta fama lhes ordena;
Quem não é virtuoso, honesto, e honrado,
Ou e tolo, ou e mal intencionado. (Costa. 1816, 2º parte)

Por fim, na *Murmuração*, o autor irá inaugurar o seu diálogo com uma epígrafe da sua autoria. Através da metáfora utiliza elementos da natureza (pedra e água) para

fazer uma comparação com o sucesso de Cervantes quanto à qualidade de escrita que era precisa e objetiva:

Na Pedra o fuzil dá tanto,
Que tirar lume consegue;
Tanto que dá a água se segue:
Cervantes tanto escreveu,
Que obter pôde, nos seus dias, Desterrar dos Espanhóis,
Andantes Cavalaria. (Do Autor)

Na segunda parte da *Murmuração*, o paratexto de autoria própria estabelece a comparação entre a criança que se olha ao espelho e tenta tocar no reflexo da sua imagem e as obras do escritor, tentando aproximar-se do íntimo do leitor para que este possa perceber através da leitura o reflexo de uma sociedade em decadência devido aos seus pecados:

Quando ao espelho se põe uma criança,
Para o vidro mostra muito atenta,
E lançando-lhe a mão a ver se pode,
Apanhar o que o vidro lhe representa,
Estas obras impressas servir devem
De espelho a quem quiser desterrar vícios;
Que havendo reflexão, brio, e vergonha,
Muito a tempo se atalham princípios.
Eu quisera que os homens por colherem
O fruto que a moral lhes afiança
Esforço igual fizessem quando lessem,
Que faz junto do espelho uma criança. (Do autor)

Observadas as epígrafes próprias ou alheias, seguem-se os prólogos e as introduções como outros elementos importantes na composição das obras de José Daniel Rodrigues da Costa.

– Prólogos e as Introduções

Na categoria estudada por Genette que corresponde às instâncias prefaciais, este aborda os prólogos e as introduções como parte integrante deste capítulo sendo estes considerados " parasynonymes ". (Genette: 1987, 149)

Nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, os Prólogos e as Introduções facultam ao leitor o propósito da obra, indicando as suas personagens, o ambiente em que se inserem e a opinião do autor. Na obra o *Hospital do Mundo*, José Daniel Rodrigues da Costa, dirige-se não só aos leitores, mas também às leitoras, facto curioso, e não muito usual naquele tempo: “Estimáveis Leitores, e Leitoras (falo com ambos os sexos, por me apartar do rancho dos Prólogos, que sempre se dirigem aos homens, como se algumas Senhoras não viessem ao mundo com formosos olhos para lerem, e com juízo entenderem, e gostarem” (Costa: 1801: 3), sob forma de crítica indireta, expressa um reparo em relação ao esquecimento das mulheres como seres detentoras de espírito crítico e com educação para ler.

Com toda a sua humildade, faz um agradecimento aos seus assinantes: “uma satisfação que tenho de levar ao fim toda a Obra, devendo parte deste prazer aos meus honrados Assinantes que tanto me tem animado com o louvor, e com Assinaturas:” (Costa, 1801: 3). Reconhece que não é possível agradar a todos pelas diversas personalidades humanas e gostos literários, porém sabe que há muitos indivíduos que aproveitam o seu tempo para ler e “outros vivem sem sofrimento de empregarem nela uma hora” (Costa, 1801: 3). Assumindo o seu gosto por obras deste género, José Daniel denuncia a atitude de menosprezo em Portugal, pela sua própria literatura e a preferência pelos escritores estrangeiros: “Grande cousa seria para a extração destes Folhetos serem feitos, por exemplo, na Suécia, na Holanda, porque ainda que dissesse neles menos do que digo, bastava ser uma cousa de País estrangeiro para merecer aqui a mesma grande estimação, que merece” (Costa. 1801: 5)

O escritor apresentará a sua obra e os seus conteúdos que podem ser lidos nos seus folhetos: “Eu efeito estes Folhetos com algumas cartas galantes, e alguma Poesia divertida para quem gosta de variedade, não faltando Adivinhações para a mocidade” (Costa, 1801: 8), esta diversificação serão encontradas nas obras estudadas, de modo que conseguisse a leitura por parte de todas as faixas etárias. Logo no início, é realizada uma

crítica ao preço do papel, por isso, teria pensado escrever de graça para que todos pudessem ter acesso à leitura de uma forma igual e não desigual. Mas, saberia que iriam lhe presentear com algo, por isso, decidiu cobrar “oito tostões” (Costa, 1801: 8) por cada assinatura. Para finalizar, com o seu tom de crítica e ironia é realçado que: “Qui bene legit, multa mala tegit. Isto não é despedilhos em Latim, e fazer este prólogo mais brilhante, porque as Obras d’agora devem ser como o Negociante de tanto tem, de tanto Vale.” (Costa, 1801: 9).

No prólogo, *A Conversação Nocturna*, o poeta apela ao leitor para não o julgar por “fazer falar Esquinas” (Costa, 1812: 3), pois, logo afirma que pretendeu imitar “o Sabio D.Francisco Manoel⁹ quando este fez “falar as fontes, e os relógios” (Costa, 1812: 3), mesmo que este não existisse como exemplo, José Daniel procuraria fundamentar a escolha de conceder a palavra às esquinas através do ditado popular do tempos dos Avós, que refere: “as paredes tem ouvidos”, já que os tem, concede-lhes ter voz. Apresenta a sua obra e justifica a sua utilidade e o seu objetivo: expõe os vícios e enaltece a virtude da comunidade.

No *Tribunal da Razão*, José Daniel Rodrigues da Costa intitula o seu prólogo como identificando-o como “Prólogo Divertido” como todos os que estão em análise, irá incidir na crítica à sociedade. Além da informação habitual fornecida nesta respetiva secção acerca das suas motivações pessoais e objetivos a cumprir, irá aproveitar para expor a sua opinião acerca de subtemas triviais que podem ser encontrados no seu diálogo. Primeiramente começará pelos católicos e que vão com regularidade ouvir os sermões: “(...) põem os pés de fora, riscão da memória quanto disse o Pregador; e outro mesmo no adro, periscão logo lume para um cigarro, que lhes torna todo o Sermão em fumo” (Costa, 1815: III). A crítica vai mais além, quando se dirige às mulheres velhas, por serem mesquinhas e por serem mexeriqueiras:” (...) e saindo da Igreja aquelas Madalenas, as velhas vão murmurando, pelo caminho, das tafulas que lá virão; “(...) e às mulheres jovens por serem ocas: “e as moças fazendo-se de espertas, de quando em quando, uns

⁹D. Francisco Manoel (1608- 1666), foi historiador, pedagogo, moralista, autor teatral, poeta e representante máximo da literatura barroca. Aliando-se à temática Barroca e considerando a sua origem aristocrática, abordou numa visão religiosa a instabilidade do mundo e o seu cosmopolitismo. José Daniel Rodrigues da Costa pretendeu usar as obras “Os Relógios Falantes” e a “Visita das Fontes” de Francisco Manoel como inspiração e referência para escrever o seu diálogo das *Esquinas*.

olhos de gloriosa memória para os arrojados, que as vão seguindo sem que se conserve uma só palavrinha do Sarmão naquelas cabeças ocas. (Costa, 1815: III).

Nesta obra em particular, o intuito do escritor é abandonar a temática do Tempo, porque já é um assunto muito debatido, dando então lugar à temática dos vícios que corrompem a sociedade e por sua vez, o Homem, levando-o a cometer barbáries, injustiças e conflitos, causando o caos e a desordem não só na sociedade como também, nas suas casas. Com a sua transparência o autor falará na sua obra sobre: “ambos os sexos sem os personalizar; propondo-me nestes Folhetos a dizer inegáveis verdades” (Costa, 1815: Parte IV). Numa reflexão, exprime a possível receção desta obra por parte do menosprezo dos indivíduos que acolhem as suas obras como também critica os escritores de escreverem fantasias da sociedade com muito otimismo cegando quem os lê: “Quem lhe procura cá por verdades? Fazenda, que todos conhecem, e ninguém a quer nem de graça, quanto mais por dinheiro? Se quer contratar, contrate em mentiras, que recriam muito, e encham a gente de esperanças” (Costa, 1815: Parte IV). Para concluir a primeira parte deste prólogo, duas histórias serão contadas com o intuito de exemplificar situações correntes do quotidiano daquela época, facultando uma lição de moral, sendo este um traço distintivo deste autor. Finaliza o seu discurso anunciando as personagens que irão compor o diálogo que se segue.

Na segunda parte do *Tribunal da Razão*, Introdução, desta vez, José Daniel concede voz ao Folheto: “Vai, Folheto meu, primeiro desta minha obra, apressa-te a aparecer” (Costa: 1816: 3) tornando-o num objeto animado, que, chegando à praça, causará diversos sentimentos e reações díspares - críticas, boas ou más - nos leitores. É possível apurar uma autorrepresentação da experiência de vida do autor e do seu percurso literário quando escreve sobre as diferentes reações, louvando a modéstia e a aprendizagem e, criticando a avareza e a maldade existentes na sociedade:

Hás de achar Sábios judiciosos, que te deem o que te pertence; modestos, que de ti aprenderão, aproveitando-se da tua moral, e rindo da jovialidade; benignos, por inclinação a ti, e ao teu Autor que muito te desejem; prudentes, que te desculpem; atilados, que te louvem; Doutores d’orelha sem cabedal, que te analisem; fofos soberbos, que te desprezem; malévolos, que te cortem; viciosos que nem ver-te queiram; apertados de espírito, que apeteçam ler-te, mas que não o façam, por não gastarem nem hum real; e desfrutadores do alheio, que te leão de empréstimo, e que ainda te descomponham (...) (Costa 1816: 3)

O escritor oferece, ainda, conselhos ao Folheto, enumerados por classes, da 1º à 11º como se fosse um manual de sobrevivência. José Daniel Rodrigues da Costa, através de ditados e advertências mostrará ao Folheto que a humildade, o respeito, a neutralidade e a bondade são qualidades que se devem cultivar no interior. Apesar do mal prevalecer na maioria das vezes, na vida e nas pessoas, o bem mostrará a sua verdadeira força e luz, não se devendo perder a fé na sociedade porque ainda subsistem boas pessoas que sabem ensinar sem nenhuma maldade, educando os seus filhos a serem pessoas de bem: “(...) honestas e instruídas. “(...) e desempenham hum invejado comportamento por honestos, e instruídos” (Costa: 1816: 6). Em suma, o Folheto, além das lições de moral e algumas advertências quanto à sociedade, assume-se como o defensor da obra do autor com o objetivo de convencer aqueles que a menosprezam e os que num futuro próximo lhe darão a devida razão: “Persuade-os bem de que as minhas obras tais, ou quais, ainda chamadas de estilo, por alguns Aristocráticos, pela moral que contém servem para todos os tempos, e de que lá virá hum dia em que se diga de mim. Ora o Homem tem razão!” (Costa: 1816: 7)

No Prólogo da obra *Azurrague de Patifes*, o escritor começa por facultar ao leitor informações sobre a instabilidade vivida em Portugal no século XIX. Com recurso à ficção, enlaça um diálogo entre duas personagens para expor a veracidade de factos vivenciados na época, num momento em que se disputava pelo liberalismo e pelo absolutismo. O escritor aborda também, neste diálogo, as sessões da corte que foram um verdadeiro caos: cada um defendia os seus ideais, uns queriam a alteração da *Constituição* enquanto outros defendiam que não deveria ser alterada. Mas nada evitaria o desejo do povo português, resultando assim a não alteração da *Constituição*, e deste modo, sendo satirizada a resolução da sessão da corte:

Pois, o celebre Protesto composto por três e assinado por uns sessenta, que ali se acham porque os mais ficarão em casa rezando o officio dos Defuntos à Constit....Alguns embarcarão antes, que o povo os quisesse premiar: o Grande Moura como não greguejaria.... e abalou com a sucia no Paquete para Inglaterra. (Costa: 1823: 5)

O povo une-se contra a *Constituição*, exaltando o seu nacionalismo, num só grito: “Viva a Religião. Católica, Romana, Única e Verdadeira. Viva ElRei e toda a família Real= e Morra a Constituição” (Costa, 1823: 5), em feliz coincidência, segundo José Daniel Rodrigues da Costa, de tal ter acontecido no dia do Corpo de Deus, no dia em que

Nossa Senhora da Rocha comemorava anos do seu aparecimento e nas vésperas de Santo António, padroeiro de Portugal. Constrói também uma crítica aos portugueses, quando aborda sobre os Liberais e os Jacobinos, sendo estes últimos portugueses que se tinham convertido por falta de educação dos pais, numa pergunta retórica questiona: “Onde está a educação Cristã?” (Costa, 1823: 7). Dando um exemplo de uma história de um menino que nasce, José Daniel menciona inúmeros problemas na sua criação que não são corrigidos: a desobediência, o sentimento de superioridade em relação aos pobres, e por fim, a falta da educação católica. Consequentemente, será ateu ou deísta e seguirá os ideais liberais e jacobinos. O autor finaliza o seu Prólogo, concluindo que não querera dizer que os cristãos sejam perfeitos e não têm defeitos, estes arrependem-se do seu erro e confessam-se a Deus, contudo aqueles que pensam que não têm nenhum pecado, não se sentirão arrependidos dos seus vícios, não terão o consolo que um católico poderá ter quando confessa os seus pecados.

O diálogo a *Murmuração* é acompanhado de paratexto sem título, mas com funções análogas às daqueles anteriormente mencionados como Prólogos ou Introduções. Coloca a sua opinião, esclarece o propósito do diálogo e fornece informações sobre a temática que será abordada: “Senhores: esta Murmuração não é daquelas, que tiram créditos, e honras, sem dó, nem consciências: não se assustem com semelhante Título! Murmura-se aqui de costumes, e não de pessoas.” (Costa, 1825: III)

Na segunda parte da *Murmuração*, o Prólogo, José Daniel Rodrigues da Costa afirmará que a murmuração é um vício que contamina a sociedade e também as famílias, deixando um sentimento sombrio nos indivíduos. Continua justificando que estes diálogos são dedicados às:

Excelentíssimas e Brilhantíssimas Senhoras: desde já vos dedico a primeira, e a segunda Parte desta Murmuração; esperando do vosso costumado acerto, o juízo, que me fareis justiça, e não levareis a mal o murmurar-se defeitos de muitas; nem por isso deixa o mundo de conhecer, que há bom, e mau em ambos os sexos, e que não inumeráveis as Senhoras honestas, sesudas, comedidas e de uma educação Cristã, que deviam servir de exemplo às menos cordata. Louvo umas, e compadeço das outras. (Costa. 2ª Parte. 1825: III)

Na verdade, há Prólogos, em que se antecipa o tipo de leitor desejado, explicitamente se lhe dirigindo o verbo dedicar, sem que, contudo assim se confunda este tipo de paratexto com as dedicatórias.

As dedicatórias, tal como por Genette as analisa, verificam-se atualmente na primeira página ímpar depois à página de rosto tal como afirma Genette no subcapítulo Les Dédicaces: “L’emplacement canonique de la dedicasse d’oeuvre, depuis la fin du XVI siècle, est évidemment en tête du livre, et plu précisément aujourd’hui sur la première belle page après la page de titre.” (Genette,1987: 74) Este tipo de localização é possível ser encontrada desde a Antiguidade Clássica onde se dedicavam os livros a mecenas protetores. Porém, com a modernidade chegaria o abandono desta forma. Serve como exemplo José Daniel Rodrigues da Costa, que no diálogo a *Murmuração* faz a sua dedicatória incorporada no prólogo como a citação anteriormente referida sugere.

Há ainda dois diálogos desprovidos de qualquer paratexto inicial. Como é o exemplo da *Confissão que faz certo penitente e Novidades de Lisboa*.

A temática da sociedade e o impacto dos ideais liberais

Os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa têm como temática central os vícios da sociedade. O escritor irá expor as imperfeições humanas, culpabilizando a chegada dos pensamentos iluministas a Portugal que vieram deteriorar (ainda mais) os valores morais do indivíduo que já eram escassos.

Entre os séculos XVIII e XIX Portugal atravessou um período agitado devido à ameaça iminente de invasão que culminou na partida da família real para o território brasileiro. Os ideais dos pensamentos iluministas difundidos por Napoleão, vindos de França com base na Liberdade, Igualdade e Fraternidade chegaram à nação portuguesa, fazendo com que engendrassem revoluções em meados do século XVIII que foram concretizadas no século XIX com o intuito de pôr fim ao absolutismo: “ Nas sínteses mais credenciadas da História de Portugal, globais ou restritas a eventos dinásticos e político militares, aparecidas no século XIX, as invasões francesas, acontecimento – charneira entre o definhar do Antigo Regime e o advento da revolução liberal vintista são mencionadas com justificado relevo (...)” (Marques, 2009: 37)

Neste contexto, escreveram-se diversos diálogos com a temática das invasões napoleónicas, tal como refere Teresa Nascimento no seu estudo sobre as temáticas dos diálogos portugueses. Estes diálogos são importantes nesta época porque irão permitir a expressão do descontentamento e as dificuldades sentidas na sociedade portuguesa:

Num momento conturbado, como o das Invasões Francesas, a literatura e, nomeadamente, a literatura em diálogo, poderá revelar-se um instrumento de resistência ao invasor, através da crítica, do riso, da derisão, mas igualmente uma forma de incentivo a manifestações e gestos de natureza patriótica. Enveredar por um caminho como este representará, contudo, a alteração do paradigma ciceroniano que norteava a maior parte do diálogo português. (Nascimento, 2009: 33)

José Daniel Rodrigues da Costa retrata o período que Portugal experienciou aquando das invasões napoleónicas. No diálogo *Conversação Nocturna*, há uma presença persistente da referência às invasões napoleónicas e ao descontentamento do povo português abandonado pelo seu rei. Neste diálogo, o iluminismo aparecerá como o responsável pela desordem vivenciada: “Dizia ela, que ouviu por muitas vezes aos seus padres, que os livros franceses haviam de ser a causa da desordem desta ordem do Mundo: e ainda mal que assim se experimenta” (Costa, 1812:14)

Com o intuito de melhorar a situação em que o país se encontrava fizeram-se diversos movimentos liberais, pensar-se-ia decerto que o país se encaminharia para um futuro promissor, mas a instabilidade continuava no seio do povo que se amplificou no momento que se aponta para uma possível solução: a primeira *Constituição*. Esta surge após a revolução de 24 de Agosto de 1820 na cidade do Porto, fruto desta rebelião militar em que se criou uma Assembleia Constituinte que viria a discutir, votar e aprovar a *Constituição* de 1822, esta última sancionada um mês mais tarde pelo rei. Esta *Constituição* já possuía inspirações dos ideais iluminista, tendo como base as leis fundamentais francesas (1791-1795). O poder político assentava na soberania da nação, nos direitos individuais e na divisão dos poderes: o legislativo, o executivo e o judicial. Apesar de esta *Constituição* conceder mais poderes ao povo, não foi aceite de bom agrado, tal como demonstrado, no diálogo *Novidades de Lisboa*. Havia uma necessidade de fazer propaganda ao povo acerca da *Constituição*, mas o que se observava é que a grande parte da população, maioritariamente analfabeta não entendia:

Tenho lido, e tenho pasmado; forte desgraça de tempo! aqui chegou uma carta, recomendando-me muito, e com suas ameaças, que pregasse eu a *Constituição* do Púlpito abaixo aos meus Fregueses, e eu, por uma natural repugnância, preguei duas vezes só; da primeira vez coroo quem dava gritos em cisterna vazia, que fazem ecos, que retumbam muito, e não dizem nada; e da segunda disse-lhes: Sabeis vós o que é *Constituição*? pois é mesmo uma cousa como uma *Constituição* = ajuntei-lhe a isto mais quatro palavras chochas, e dei por acabada a prática neste ponto; porque eu bemvil via a quem pregava, era tudo povo de queijados, que disto nada entende. (Costa, 1823: 10-11)

Quando D. João VI morre, D. Pedro IV é proclamado rei. Contudo, não poderia ser monarca simultaneamente em Portugal e no Brasil, devido ao conflito de interesses e pela instabilidade que poderia trazer ao país brasileiro. Para deixar clara a sua posição e não perder o poder nos dois países, outorga a Carta Constitucional (1826). Mais uma vez procurou-se outra solução para pôr fim à instabilidade da nação. Esta Carta Constitucional afastava-se dos princípios defendidos pela *Constituição* de 1822, fazendo com que a soberania da nação fosse dividida entre o rei e o povo e a separação dos poderes passaria a fazer-se pelo legislativo, moderador, executivo e judicial.

Consequentemente, e como fruto de toda a instabilidade, era o povo quem mais padecia, aquele que não tinha como se sustentar e muitas vezes passava fome, não tinha trabalho e, frequentes vezes, nem um teto. Porém, a esperança por uma mudança nos tempos e pelo fim da guerra morava nos corações angustiados. As guerras traziam consigo

tempos difíceis e de sofrimento, no diálogo *Murmuração* a guerra é abordada como uma das principais causadoras da fragmentação da sociedade e do indivíduo.

Em 1823 ocorre a Vila Francada como resposta e defesa do absolutismo, este motim foi levado a cabo por apoiantes de D. Miguel, culminando na inevitável interrupção da constituição vigente, de 1822 e no fecho das Cortes. Um ano depois em 1824, acontece a Abrilada, este motim levado a cabo por D. Miguel tinha como principal objetivo afastar seu pai, D. João VI, que aos olhos do povo tinha perdido a sua legitimidade ao trono. Porém, este golpe não correu como esperado. D. Miguel foi obrigado a exilar-se em Viena.

A influência francesa atingiu o seu ápice em meados do século XVII, modificando a maneira de vestir, o exagero no ornamento e decoração, a política, os costumes e até a linguagem com a adoção de palavras afrancesadas. Toda esta transformação adveio do casamento de Maria Francisca Isabel de Saboia- Nemours com D. Afonso VI de Portugal. Segundo Soares de Abreu, este casamento criou “condições favoráveis no sistema económico do país, facilitaram o gosto da moda e do luxo (...)” (Soares de Abreu, 2010, VIII: 142) A vaidade não chegaria somente à mulher, os homens adquiriram também os costumes franceses nas suas vestimentas e muitas vezes exageradas. Apareciam com maquilhagem para colocar pigmentação à sua face de cor-de-rosa, deixaram de usar calças para usar calção, meias, luvas e brincos. O embelezamento exagerado e ridículo é alvo de apreciação do escritor nas diversas descrições que são construídas, a título de exemplo, as “botas de canhões” são mencionadas como tendo importância para os tafules: “Aqui aparece uma nova invenção de botas de canhões postiços: não desmerece o seu louvor para com a tafularia do lote inferior, por ser uma grande providencia para as botas velhas, que se apresentam todos os dias como novas.” (Costa. Folheto III: 1824: 20) Outras modas entranharam-se na sociedade, com os homens a deixarem a barba crescer, sendo este o motivo de preocupação de vários barbeiros que exercem a profissão, por conta da moda poderiam deixar de ter clientes.

As transformações também se fizeram sentir nas ementas dos cafés e restaurantes, que passaram a ter disponíveis receitas de bebidas com nomes elaborados, como o caso da *Chalaça* (chocolate com café e aguardente), *Glória do Brasil* (aguardente, açúcar, limão, e chá), *Grot Inglês* (genebra, açúcar e água fria) e entre outras mais. Os costumes portugueses simples tendem a desaparecer, dando lugar a uma cultura assimilada mais

fútil, com costumes banais e complexos. Das exceções, nos fala José Daniel Rodrigues da Costa: “Nas casas de pasto há outro alfabeto igual. Por milagre da Providencia ainda o pão é pão, e o vinho é vinho, porque o mais tudo mudou de nome. (Costa, 1816: 16)

As formas de saudar também mudaram gradualmente, o respeito que outrora havia, tratando por “você”, perguntando pelo bem-estar da pessoa, ou falar sobre filosofia ou outras artes, por exemplo, deixou de existir, dando lugar a outro tipo de conversa banal e menos informal:

Saberá que já se degradam os cumprimentos entre os amigos tafuis: agora é quando se encontra um taul com outro meter logo um deles a mão de prega da casaca, tirar uma caixa de rapé, empertigar-se muito, e dar a pitada ao amigo, acompanhada destas, ou outras semelhantes palavras, por exemplo: *Tens visto a Mariana? Foste a S. Carlos, ontem reformaste a banca? Perdeste a noite toda? Já veio a guitarra da casa de tua prima? Aquela velha concluiu alguma coisa do que tu sabes? Já trocaste o rabão pelo machinho?* e nisto se tornam as sérias, e honestas políticas de algum tempo. (Costa. Folheto III. 1824: 20)

José Daniel Rodrigues da Costa, para quem a instrução é fundamental, critica que ela possa fazer-se mais pelas novelas do que por via académica: “É um gosto ouvir falas das tafulas do nosso tempo: não sei aonde acharam o segredo de só fazerem instruídas, sem maiores estudos, salvo se isto lhes proveio da praga das novelas, a que são muito aplicadas.” (Costa. Folheto III: 22). Os temas de conversa passaram a ser sobre “negócio, guerra, e proteções; e para tráfico usual, sacadores de letras para ali, aceitantes de letras para acolá, passadores de umas, endossantes de outras, rebatedores de muitas, até que um vem pagar o outro.” (Costa. Folheto III. 1824: 22-23). Ficou de lado a cultura, a arte, a literatura e outras áreas do saber, tomando lugar o tema dos negócios, guerras e dinheiro. Os homens deixaram de cultivar, refletir e debater a sabedoria.

Nestes diálogos o escritor irá alertar o leitor para a existência dos problemas que estão no seio da comunidade como também para que possam refletir e entreter. Por uma questão de organização e metodologia, agruparemos em subtemas os diversificados assuntos tratados nas obras de José Daniel Rodrigues da Costa que serão relevantes para complementar a informação dada anteriormente relativa ao tema da sociedade:

– O casamento

As críticas realizadas nos diálogos são dirigidas tanto aos homens como às mulheres. No *Hospital do Mundo*, traz-se o caso do casamento de um “desgraçado Parvoinho” e do poder que a mulher exerce sobre ele, fazendo-o contar tudo o que se passava no seu quotidiano. Perante a sua recusa, a mulher ficou cheia de raiva e tentou estrangulá-lo. Os vizinhos tentaram ajudar, mas este homem ficou com as “goelas no miserável estado” (Costa. Folheto I. 1801: 16). O Médico critica de imediato os homens. Estes quando casam “perdem logo o valor de homens, e ficam uns maricas” (Costa. Folheto I. 1801, 16); a culpa está no marido que habituou mal a mulher, ou não teria chegado a esses extremos. Da análise a este caso, o Médico conclui:

O homem todas as vezes que cuide nas suas obrigações, que traga farta a sua família, e que o modo de granjear a sua vida seja sincero, e lícito, que não dê incómodos para a casa, penhoras, empenhos, aflições, e outros flagelos, que inquietam o estado, vivendo como digo, e dando à sua mulher aquela estimação, que lhe é devida, com hum certo grão de respeito, com que ambos devem ser tratados, tem desempenhado todos os deveres (Costa. Folheto I. 1801: 16)

Revela ainda a ironia, quando afirma que o casamento deste homem foi ao inverso, pois, deixou a sua mulher ter poder no casamento, na casa e sobre ele, deixando-o sem poderes. Quanto à cura, o homem deverá assumir a sua “cara de respeito” por três semanas, durante dez noites estar em silêncio e utilizar o não com mais frequência.

A perda da masculinidade será, pois, um assunto abordado nestes diálogos. Um homem procura o hospital com diversas queimaduras, queixando-se principalmente da sua perna e do capricho da sua mulher. Pretendeu às sete horas da manhã fazer arroz-doce contra a vontade do marido, no decurso da discussão a mulher disse-lhe que “(...) o havia de fazer, ou havia de ir tudo com o diabo” (Costa. Folheto II. 1801: 2), esta afirmação, fez com que a raiva tomasse conta deste homem, de tal forma que ao tirar o tacho do lume se queimou e o amolgou, sendo ele emprestado. A mulher quis devolver o tacho, mas era impossível fazê-lo no estado em que estava, sendo necessário ir ao Latoeiro. Em resposta a este caso, o médico replica satirizando e criticando a insistência da mulher: “Amigo, a sua perna no estado em que a vejo, é boa de curar, tão bom fosse de curar o génio de sua mulher!” (Costa. Folheto II. 1801: 3). Para resolver a situação bastaria oferecer à mulher algo para vestir ou para a embelezar caso cedesse à sua teimosia, caso contrário, ele deverá dormir uma noite fora de casa, pois segundo o Médico: “Vamos com isto que não quebra

osso, e parece-me que lhe não virá a ser preciso usar deste remédio mais de umas até duas noites” (Costa, Folheto II. 1801:3) e se não resultar, por ser mesmo da natureza da mulher, deverá recorrer a “(...) uma esfregação de buxo pelas costas por espaço de sete a oito minutos.” (Costa, Folheto II. 1801: 3).

Também serão objeto de reflexão a traição e a paixão, vendo-se como os valores morais estarão em jogo. Um homem, casado há três anos, e apaixonado pela amiga da sua mulher, decide, entretanto, revelar os seus sentimentos a essa senhora. A paixão ardente que sentia fez com que tomasse a iniciativa de ir à casa da amada declarar-se e usando “todas as mais amorosas expressões para lhe comunicar o seu afeto, acompanhadas de lágrimas para melhor persuadir” (Costa, Folheto II. 1801: 6). Deparando-se com tal declaração, a mulher coloca os seus valores morais acima da paixão, não deixando que os seus sentimentos por aquele homem pudessem cegá-la:

Conheço que o meu reconhecimento deveria ser igual á paixão que V m. me mostra; porém, antes morrer do que manobrar a virtude. V m. é marido de uma amiga minha: a honra, e a amizade me obriga a poupar hum flagelo, que hum tal amor havia de causar ao meu pejo, e à sua desgraça: admiro o seu valor, e fico conhecendo que há homens para tudo. (Costa, Folheto II. 1801: 6-7)

Perante as queixas deste homem rejeitado que carrega consigo uma grande melancolia, o Médico desengana-o, dizendo-lhe tem uma “asneira metida na cabeça, e uma grande velhacaria introduzida no coração” (Costa, Folheto II. 1801: 7). Para esta doença o Médico aconselha a toma de banhos num rio em Goa por um prazo de dez anos e uns choques de pólvora e bala, mesmo onde se encontra o Gentio, para que o eletrize e faça dele um bom homem, como antigamente. Ficará obrigado a dar notícias sobre o tratamento e as suas melhoras.

O casamento por conveniência enquanto meio para alcançar riqueza ou simplesmente viver com certo conforto será tema do novo caso em que um homem casou com uma mulher de setenta anos, com o intuito que esta o mantivesse estável financeiramente. A mulher desconfiada que os seus “vinténs se iam consumindo todos nas capas de bandas de veludo preto” (Costa. Folheto II. 1801: 14), esperou o marido à janela, ao vê-lo, agarra na bengala do seu primeiro marido, e bate-lhe, tira-lhe dois dentes e parte uma costela. O Médico faz uma reflexão: “Filho, é pensão de quem se vai ajuntar com gente, que a toda a hora do dia põe na praça todos os seus trapinhos, e os alheios” (Costa. Folheto II, 1801: 14), relativamente aos dentes, devia tirar todos porque a mulher enquanto neste mundo viver não será a última vez que semelhante situação aconteça. E

se caso volte a acontecer partir os restantes dentes, numa perspectiva otimista, ele se livrará do mesmo susto outras vezes.

O caso seguinte diz respeito a uma mulher rica que apenas ajuda os seus familiares e recusa fazê-lo para com os parentes do seu marido, causando assim, uma instabilidade na sua casa e no seu casamento. O Médico, analisando a patologia, conclui que cada um quer realizar a sua vontade e os familiares são a causa central do problema e, receitará sanguessugas ao casal para o deixar sem dinheiro e, assim, mais ninguém irá incomodar:

Récipe. Humas bichas bem deitas para se depurar o sangue; e em tal caso os parentes de hum e outro podem servir de sanguexugas, porque em lho chupando de todo, ficção também de todo refregirados; e quando isto não baste, tratem de dar cabo de tudo quanto tem, e porque em cheirando a pobres, já ninguém os procura, nem os persegue. (Costa. Folheto IV. 1801: 2-3)

O paciente seguinte, designado como “infeliz”, dormiu na casa de uma mulher casada, cujo marido encontrando-o fez com que ele fugisse e caísse nu em cima de um telhado. O Médico adverte em tom irónico que deverá “(...) pedir licença também ao marido, tendo a cautela de nunca se despir lá por fora para poder sair a tempo, por onde sai outra gente; (...)” (Costa. Folheto IV. 1801: 5)

No *Tribunal da Razão*, o casamento voltará a ser mencionado, no caso de um homem, para quem o dinheiro é o principal causador dos dissabores que a vida lhe proporciona. Tudo fez, como afirma, para viver bem monetariamente. Casando-se com uma mulher, de idade avançada por conveniência, fê-lo com o objetivo de ficar com os seus bens, tal como podemos confirmar na seguinte citação: “(...) primeiro foi buscar uma velha, que tivesse algum fundo metálico, ou fazendas baralhadas com algum pleito em que por agente lhe desembaraçasse a demanda; e dando tempo ao tempo, a fosse casar com ela. Com efeito realizei o meu projeto: casei; e morreu-me logo.” (Costa, 1816: 4). Após a morte da sua esposa perdeu o dinheiro e as fazendas, por isso, teve de voltar a procurar outra “velha” para possuir a sua riqueza. Mas desta vez sem sucesso: “No fim de dois anos dinheiro, e fazendas tudo me desapareceu: andei depois ano e meio como as ondas em tempestade, e buscando a segunda velha, dificultou-se-me o intento, porque não a pude achar¹⁰.” (Costa. 1816: 4)

¹⁰ Continuará a análise deste caso no seguinte subtema: Os vícios do jogo e prémios.

No decurso destas audiências no *Tribunal da Razão*, apresenta-se um homem

sofredor que não tem voz no que diz respeito às decisões e opiniões na vida do casal. O dinheiro como réu, será acusado pela infelicidade deste homem por ter de sustentar os vícios da mulher e os seus caprichos:

Eu me considero por um homem muito infeliz, pois alcançando, por diversas proteções, ofícios com que faço seis mil reis, depois casei com uma Senhora muito grave, que veio para meu poder, tratando-se como Senhoria, sem trazer consigo nem dinheiro, nem bens de raiz, à exceção do cabelo, eu me tenho visto nos maiores vexames.

O meu luxo indispensável à qualidade da minha esposa, e os melindres, e apetites dela me tem posto de rasto. (...)

Se quero levantar a voz, estranhando-lhe este aparato tão impróprio da presente época, sou logo vítima da sua língua; e eu amofinado, endividado e castigado por granjear os meios para esta luzida ostentação (...) (Costa. Segunda Parte. 1816: 4)

Este marido pensou que iria encontrar alento neste tribunal, mas enganou-se. Sendo declarado culpado, o problema não está no dinheiro, mas sim no queixoso, de quem dependerá única e exclusivamente mudar o rumo da sua vida de casado e de todos os desgostos que tem causado:

Acórdão os deste tribunal, que o Autor enquanto não puser cobro na sua casa, sofra com toda a paciência os despropósitos da sua família; e mais o condenam em ouvir de noite, e de dia as descomposturas da afiada língua de sua esposa; pois que não há suplicio, que se compare ao de viver um homem de bem com uma mulher tola, e de mau génio: ficando neste pleito o Reu absolvido, que aparecerá ao Autor quando bem lhe parecer. (Costa. Segunda Parte. 1816: 6)

A descrição da mulher é recorrente nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, que procura alertar para a necessidade de controlo das emoções e da língua. Critica-se a mulher pela sua personalidade e pelas consequências que isso pode vir a acarretar no casamento. Esta mulher casada, de quem fala o diálogo *Tribunal da Razão*, é prejudicial tanto no seu casamento como também na sua vida social, tem mau carácter, é conflituosa, demasiado ciumenta, e está sempre a semear o mal nas amizades do marido e nas amizades alheias. Este “mal” é recorrente para aqueles maridos que se apaixonam pelas aparências, esquecendo os valores morais que também são importantes.

– Os vícios do jogo e prémios

O dinheiro que é ganho pela facilidade dos jogos é aliciante, apesar de muitas vezes, levar a caminhos destruidores, quando não se consegue controlar a ambição. Abordar-se-á, no *Hospital do Mundo*, o caso de um homem marcado pelo vício do jogo, que ambicionando que lhe saísse o grande prémio, sem nunca o ter conseguido, rogava pragas a si e aos caixeiros (Costa, Folheto I. 1805: 14).

O Médico, ao ver este caso, logo suspeitou que o vício nasceu por alguma vez este homem ter tido a felicidade e sorte de ganhar um grande prémio Mas adverte, quando isso acontece uma vez, nas restantes, a sorte não estará ao seu lado e consumirá todos os bens.

A receita assumirá a vertente do conselho contra a cegueira da ambição:

Récipe. Nunca se faça mais que uma tirada, que corresponda ao premio mais pequeno que a caixa tenha; porque esta pequena doze é quanto julgo bastante para modificar o vício; e para restabelecer de todo, seis onças de esquecimento, e fugir dos ares da rua onde houveram semelhantes loucas seria bom hum xarope ao recolher, visto que tem suado bastante, não terá mais que destilar. (Costa, Folheto I. 1805: 15,16)

– A educação dos pais

São os pais os culpados de muitos vícios em que incorrem os filhos. Sirva de exemplo, a gula de que sofre uma adolescente trazida a uma consulta. Por isso, prescreve-se-lhe uma educação alimentar com algumas restrições:

Na primeira gulosina, em que se apanhar, meia dúzia de bolachas quentes da fábrica da palmatoria. Pela segunda vez uns açoutes bem pisados, postos no seu próprio sítio; e se ainda assim se lhe não descobrir melhora, uma dieta de oito dias, em que não coma senão uma vez por dia, e pouco, por não infartar o estomago. (Costa, Folheto II. 1801: 4)

Num rapaz que herdou uma loja que os seus pais deixaram sem dívidas apenas com bons lucros, mas a quem a vaidade arruinou, reconheceu o Médico uma patologia incurável. Se devidamente cuidada, a sua educação, com uma “porção de cipó” /Costa. Folheto II. 1801: 10) teria ele dado continuidade à herança que lhe foi deixada com honestidade e humildade.

Outro caso é o dos pais que obrigaram o filho a seguir o caminho das letras. Este diálogo evidencia a frustração de um “poeta” que seguiu esta profissão porque os seus

pais achavam que ele tivesse nascido com a vocação. O queixoso enveredou pelos caminhos “do parnaso¹¹” (Costa. Folheto III. 1805: 9) mesmo achando que tinha sido destinado para aprender a profissão de cerieiro¹², mas a sua verdadeira paixão era a escrita de décimas e motes, e não poemas. Ficara em último ou em primeiro nos “outeiros¹³”, em que recitava de cor a *Écloga de Albano e Damiana*¹⁴. Contudo, ao fugir do seu mestre e compondo versos de “Nume¹⁵ louro e ao Nume roxo” (Costa: 1805: 9-10), andara sempre triste e desanimado com a sua vida, e no culminar das suas frustrações acabara nos bares embebedado. O trovador culpava os “Zoilos” do seu infortúnio (Costa, Folheto III. 1805: 10) pela insistência em desacreditar a sua obra pastoril. Ao refletir sobre o seu percurso, o poeta, com recurso à mitologia grega através da metáfora afirma: “então conheci que a Taça de Almathea¹⁶ só lança flores aos homens que trabalham, e que são uteis à sociedade”. (Costa, Folheto III. 1805: 10), mencionando que aqueles que trabalham arduamente para a sociedade com o intuito de instruir, facultar algo diferente do que a época lhes oferece são aqueles que não são verdadeiramente reconhecidos.¹⁷

¹¹ A poesia

¹² Sujeito que trabalha ou negoceaia cera.

¹³ Festas poéticas onde os indivíduos recitavam motes propostos pelas freiras nos conventos. (Lopes, 1989: 56)

¹⁴ Obra de 1758 de João Xavier de Matos de Matos (1730/1735- 1789), que fora cantada por cegos em Lisboa.

¹⁵ Diz respeito às inspirações e às divindades mitológicas.

¹⁶ “Amalteia, assim se chamava a ama que, no cimo do monte Uda de Creta, alimentou Zeus em criança e o criou em segredo, a fim de o subtrair às buscas de Crono, que o queria devorar. Para os antigos, Amalteia tanto é a cabra que amamentou a criança, como uma ninfa, e esta é a versão mais comum. Contava-se que Amalteia escondera o pequeno numa árvore, para que seu pai o não conseguisse encontrar “nem no céu, nem terra nem no mar”. À sua volta, juntara os Curetes, cujos cantares e danças ruidosas abafavam os gritos da criança. A cabra que a amamentava chamava-se simplesmente Aix (a Cabra). Era um ser assustador, que descendia de Hélios (o Sol), e os Titãs temiam de tal modo apenas o seu aspeto que a Terra, a pedido deles, escondera o animal numa caverna das montanhas de Creta. Mais tarde, quando Zeus lutou contra os Titãs, fez para si uma armadura dura com a pele desta cabra. Esta armadura é a égide. Conta-se ainda que, um dia, Zeus quando se divertia, quebrou um corno da cabra e ofereceu-o a Amalteia, prometendo-lhe que este

Também as regras da composição poética são aqui criticadas de forma jocosa. Rima e acentuação e a sua necessária observância são denunciadas como tirânicas:

Essa lei cruel, e mais sanguinária que as das dozes Tabuas, e que quantas Leis, e Alvarás tem os Mouros, essa infernal lei dos consoantes, que é capaz de afogar hum homem, e de o meter Tártaro, sem ser o Emético: Senhor Doutor, essa lei endiabrada me fez acabar em trombudo hum excomungado (...) O noivo sem atender á imperiosa necessidade da rima, que já obrigou a hum companheiro meu a chamar Tejo alvadio, fez-me com hum arroxó à medida tão exata, com queda na sesta, e com assentos tão agudos na oitava, com tanta fartura, que me medio o corpo todo, sem deixar nele o espaço de uma silaba que não esteja moído. (Costa. Folheto III 1805: 11)

Neste caso em particular, o Médico não receita nenhum tipo de cura, achando não ser da sua competência resolver o desgosto que consome este poeta. Conclui: “em saindo em lençóis de vinho, ira para aquela casa, onde há enxergões sem brio, e sobre o miolo descansara o seu” (Costa. Folheto III. 1805: 12).

No prosseguimento deste subtema e ainda no diálogo do *Hospital do Mundo*, o caso seguinte é o de uma mulher e as suas duas filhas que chegam queixosas ao hospital por terem febre e dores, após um amigo da família lhes ter oferecido um camarote para assistirem à opera. Tiveram a infelicidade de molhar-se no percurso feito a pé. Neste episódio poder-se-á ler a crítica ao vestuário feminino e à pobreza:

Dizem que procedera isto de hum sujeito da sua amizade lhes oferecer hum camarote, e irem á Opera a pé, que pilharão uma pancada de agua de retina; e como ião de vestidinhos brancos, peitos, e braços á vela, e não acharão aonde se colher, estarem as portas todas fechadas, cuidarão que levando os chapelinhos de sol de marca pequena, era quanto lhes bastava (...) Porém como a chuva não era molha tolos, mas fim molha- tolas, chegarão a casa pingando; de mais a mais desgraça de ferem tão pobres, que nem tinham outro fato para mudar. (Costa. Folheto IV. 1805: 3)

corno se encheria milagrosamente de todos os frutos que ela desejasse. É este o Corno de Amalteia, ou o Corno da Abundância (v. *Aqueloo*)” (Grimal, Pierre, 1912- Dicionário da mitologia grega e romana/ Pierre Grimal, tradução de Victor Jabouille- 5ª ed.: 25)

¹⁷ Será este caso uma representação autobiográfica de José Daniel Rodrigues da Costa, tendo em conta o seu percurso difícil no seio literário e a sua aceitação por parte dos escritores da época? Tendo em conta o menosprezo de outros autores quanto às suas obras, as críticas realizadas às suas composições, como já referido na sua biografia, provavelmente.

O juízo do Médico faz recair as culpas sobre a mãe, não sobre as filhas pois, são

novas, querem divertir-se e aproveitar a sua jovialidade, quanto à progenitora que mal tem de comer não deveria apresentar-se na Ópera e em outros divertimentos públicos. A receita para estas três mulheres passará por um alerta dado pelo Médico: “(...) enquanto à doudice que praticarão, nisto que padecem agora, acham a receita para o futuro.” (Costa. Folheto IV. 1805: 4)

Quando falha a educação dos pais o infortúnio será grande para os filhos e a divergência entre casais relativamente ao modo de educar, pode ter consequências desastrosas.

Um “*Pater-famílias*” será objeto de julgamento por negligenciar os seus filhos. Nada lhe interessa, não lhe importa se os seus descendentes estão a estudar ou se estão doentes, este pai prioriza as suas satisfações pessoais e usufruir da sua boa vida:

Este homem tem um génio pacífico, nada lhe dá canceira, tem quatro filhas, e três filhos, nunca buscou compadres opulentos: a primeira figura, que lhe aparecia na Igreja, fosse de casaca, ou de capote, havia de ser padrinho da criança, sem convidar ninguém para tochas. Que os filhos adoeçam, que estudem ou não estudem, para ele é o mesmo, porque em nada cuida: vai vendo, e empenhando o espólio da casa para passar bem. A mulher bebe-lhe com desafogo; e ele pelos dias da semana, vai-se consolando com boas leitoas, bons coelhos, boas frigideiras, bons pudins, e boas fritas, tudo à custa do que vende, e de uma pequenina renda, que a mulher desfruta. (Costa. Folheto I. 1816: 5)

Este seu mau génio não fará com que os filhos possam ter boas referências para crescerem disciplinados, como será afirmado no seu julgamento. Ser-lhe-á atribuído a nota de tolo, esbanjador e preguiçoso:

Eis-aqui porque a desgraça entra nas famílias; e por isso pagam os filhos pelos pais e os netos pelos avós. Que estabelecimento há de deixar a seus filhos um semelhante pai, que não se recorda de que ainda em sua vida pode entrar doença de contágio em sua casa que não é menos que um fogo, que a reduza ao último estado de miséria? Desaventurada, e lastimosa é a cabeça, que me perde da lembrança! Ponha-se a esse homem nota de tolo, perdulário, e mandrião, indigno de ter casa que domine. (Costa. Folheto I. 1816: 5-6)

No diálogo *Hospital do Mundo*, surgirá o Segundo Ladrão que conta o motivo de a sua vida ter enveredado pela criminalidade, devido ao mau exemplo que o pai lhe, a quem caracteriza como “(...) o maior reboliste, e caramboleiro, que veio ao mundo (...)” (Costa, Folheto V. 1801: 7), seguindo a vida a tentar roubar para ganhar alguns tostões. A falta de uma figura paterna que ensine e dê o exemplo para os filhos para mais tarde seguirem o caminho do trabalho honesto é fundamental, quando o papel da educação falha, o mundo ilícito torna-se o caminho mais fácil¹⁸.

– **A inocência e a parvoíce**

Não é por acaso que a crítica aparece aos defeitos: inocência e a parvoíce. A enunciação destes defeitos poderá servir de advertência, como os vários exemplos mostrarão no *Hospital do Mundo*. Um homem recorre à ajuda do hospital por estar com uma ferida na cabeça. Num primeiro relance, o enfermeiro presumiu que o homem poderia ter vertigens, mas enganou-se. Atraído pela publicidade de que no dia dezanove de agosto¹⁹ haveria um evento de Touros na Praça do Salitre²⁰, este homem acreditou, inocentemente, e compareceu, quando para sua surpresa verificou haver sido enganado: “não constarão mais que de se tourarem ovelhas, e vitelas de leite com os lugares a seis tostões, à exceção de hum Touro (...) (Costa. Folheto II. 1801: 5). Não tendo conseguido saltar uma trincheira, o touro fez da cabeça deste homem um brinquedo, abrindo-a em três partes. Como a sua queixa recai sobre, desde esse dia, o prognóstico para as tonturas que padece fá-lo, o Médico, afirmando saber que esse mal decorre de ele ser já “tonto” (Costa. Folheto II. 1801: 5) e receita-lhe um chá de calumba que deverá ser tomado em jejum por 15 dias. De modo a não voltar a repetir-se o sucedido, deverá deixar de se posicionar na primeira bancada das trincheiras, e para superar seu trauma, deve assistir na praça aos Pretinhos de Guiné²¹.

¹⁸ Note-se que este tipo de crítica não é exclusivo do diálogo. Neste subtema, o escritor, mostrará a sua visão crítica num apólogo, contido nos diálogos em *Hospital do mundo* sobre as mulheres que abandonam os seus filhos ainda pequenos sem qualquer tipo de remorso aparente. Com o recurso à Codorniz conta a história personificam-seda expondo as mães desumanas, como retrata o escritor:

“Contentam-se de ter filhos,
E fogem da criação;
Amor com amor se paga,
Sequidão com sequidão.” (Costa. Folheto V. 1801: 26)

¹⁹ Num Domingo (Informações do autor)

²⁰ Primeira praça de touros em Lisboa, inaugurada a 4 de junho de 1790

²¹ Diz respeito aos intervaleiros nas touradas portuguesas. Um grupo de rapazes que representavam uma peça de comédia para entreter o público lisboeta nos intervalos das touradas no início do século XIX, este grupo era constituído pelo “Pai Maranhão, Pai Paulino Velho e Pai Paulino Novo, Pai Manique, Domingos, cego de um olho, e Campos.

O queixoso que se segue consta neste subtema por possuir uma grande inocência, ao julgar que a sua ciência poderia salvá-lo do infortúnio da pobreza. Acreditava que alcançaria a riqueza, através do seu estudo e dedicação às letras, mas o tempo mostrou-lhe que não era o suficiente, o dinheiro necessita de ser bem gerido e bem aplicado para o homem poder ter algum tipo de riqueza e proveito. O Médico aconselha que este homem projete as suas forças e energia para algo útil, esquecendo o modo de vida que leva. Com o dinheiro, o ser humano torna-se mais fútil, vaidoso e com desejo de luxo, mas, há valores mais importantes a serem cultivados.

– **A problemática dos luxos e das modas**

No que concerne a esta temática, serão alvo de crítica, pessoas que tudo fazem para alimentar os seus luxos com o intuito de estar sempre na moda. O superficialismo é fortemente julgado nestes diálogos. A título de exemplo, a ambição, presente no próximo doente, faz com que venda as suas pratas e as suas joias para as suas materialidades: luxo e moda. Uma senhora viúva, de vinte e nove anos e rica, desfaz-se de todas as suas pratas antigas para estar sempre em voga com as últimas tendências da moda. Para a sua doença, aconselha o Médico três banhos de púlpito e que esteja sempre acompanhada do marido de forma que não a deixe cair nas mesmas tentações.

O próximo doente, um taul às portas da morte, sofre da sua própria preocupação relativamente à aparência e às modas: “de dia, e de noite não pensa senão em que as belezas lhes cubram a face toda; que a crespa marrafa lhe não desminta hum cabelo do outro; que as calças de palheiro feitas de ganga andem no chefe, que a camisa seja de entremeios, abertos, e arrendados, (...)” (Costa. Folheto IV. 1805: 19). Por estas artificialidades, como descreve o Enfermeiro, era capaz de deixar a sua mãe e o seu pai. Face a esta perturbação, o Médico acha que a mania das tendências que este taul apresenta é como as modas, duram pouco. Considera-o inútil e uma praga, estabelecendo uma comparação com as ervas daninhas que nascem “entre as úteis sementeiras, chupando a si toda a substância da terra, e este efêmero e dos desta ordem” (Costa. Folheto IV. 1805: 20) Para curá-lo desse mal, deve mudar de ares ou casar-se com uma filha de um lavrador que tenha a sua mãe e pai vivos para que possa conhecer o seu sogro e a sua sogra. Após três dias de casamento, garante que as suas manias pelas modas se convertem pelas Pedras Negras.

José Daniel relata a moda dos Tafules:

Não há muito tempo que na Rua dos Ourives de Prata sucedeu um caso, por esta nova ideia de se trazerem os chapéus de Foi em bengala. Indo um Taful passando abrindo o chapéu, que tinha o ferrão da bengala para cima, deu na vidraça de um Ourives, e quebrou-lhe o vidro. Saio o Mestre da loja a agarrar o homem no meio da rua, para que lho pagasse porem entre o tumulto, que se ajuntou, um ladino meteu a mão pelo vidro quebrado, e furtou dois pares de fivelas, e dois garfos, e retirou-se sem dizer adeus, por não deixar saudades. Quando o Ourives deu pelo furto, aflito, , prestou de nunca mais sair à rua, ainda que lhe quebrassem a cabeça dentro em casa que havia de custar mais a quebrar do que o vidro. (Costa. Folheto II. 1805: 21)

Em um outro episódio que surgirá no diálogo *Tribunal da Razão* (2º parte), voltar-se-á a abordar a questão dos luxos e das modas. Uma senhora recorre ao tribunal para atribuir a culpa ao dinheiro por tê-la desamparado. Sendo assim, impossível é sustentar a sua vida de gostos requintados, luxuosos e importados. Primeiramente, a mulher conta a vida de luxo que tivera antes de o dinheiro a abandonar: na sua casa trabalhava um total de doze empregados para manter a organização doméstica e atender aos seus caprichos. A partir do momento em que começou a utilizar o dinheiro para importar tudo o que vestia e se alimentava, o dinheiro foi-se consumindo num ápice, deixando-a sem nada. Quando se apercebeu, dinheiro tinha-lhe fugido assim como todos os seus bens, naturalmente fruto dos seus gastos inconscientes e os seus luxos exagerados. O Dinheiro de nada tem culpa neste caso, sendo inocentado pelo tribunal: “À vista da presente acusação, injustamente feita contra o Dinheiro (...)” (Costa. Segunda Parte. 1815: 6). Reconhecida a senhora como culpada, critica-se nela a preferência pelos produtos importados em prejuízo dos produtos nacionais, sendo, na época, também a riqueza medida pela importação de bens

materiais estrangeiros quando estes facilmente eram adquiridos em Portugal com uma qualidade igual ou superior ao que era comprado no estrangeiro. Estas demonstrações de luxo e grandeza empobreciam o país: os pobres não tinham como comprar os produtos nacionais e os ricos não os compravam, conseqüentemente o país entraria em crise.

As amizades presentes no próximo caso farão com que um homem vá empobrecendo pouco a pouco. Este homem, que é remediado, na sua boa-fé e com intuito de agradar a “duas formosuras”²² assumiu pagar os seus caprichos: “modas, luxos, seges, camarotes, e outros apetites (...)” (Costa. Terceira Parte. 1815: 4) Todavia, apresenta a sua queixa contra o dinheiro por ser seu inimigo. Na sentença final, o tribunal adverte que o verdadeiro inimigo está presente nas suas falsas amizades. O dinheiro não terá culpa deste caso: “Pelo miúdo exame, que se fez no processo do Autor, e pela confissão do mesmo, fica bem clara a injustiça, com que se queixa do Réu, atribuindo a estes os danos produzidos só das leviandades.” (Costa. Terceira Parte: 1815. 6)

O sexo feminino é criticado pelos luxos exagerados, outrora desculpáveis devido ao facto de embelezarem ainda mais as senhoras com brilho, classe e riqueza. Para mostrar a sua beleza e a suas posses exibiam-se com cordões de ouro pesados e anéis vistosos e brilhantes que ofuscavam a beleza da mulher, fazendo o efeito contrário ao pretendido.

Nos tempos da “Tafularia”, assim mencionado muitas vezes nas obras de José Daniel Rodrigues da Costa, demonstra-se a valorização das futilidades, apenas para acompanhar as modas em voga:

Para prova desta inegável verdade, pergunte-se hoje à tafularia da primeira ordem, que moedas lhe não custam os filós bordados, as rendas de palmo, as sarjas escarlates, as cassas de salpicos, as incutas pelitinas, os capotes de lenços de tabaco, as pulseiras de cabelo, e os chapelinhos de cetim, e de palha. (Costa. Folheto I. 1816: 11)

No diálogo *Confissão que faz certo penitente*, também se criticam as modas, especialmente as das senhoras: “Tenho dado muitos cortes de pena, mas todos á superficie, não tem sido ferida mortais, ainda que tenho posto algumas senhoras, como lá dizem á Santa União pelo luxo das modas que usam, mas logo convalescem.” (Costa, 1823: 5)

²² Tal como descreve no decorrer da sua confissão na terceira parte do *Tribunal da Razão* na página 4.

Na segunda parte do diálogo a *Murmuração*, referem-se as modas das casas, assim como as decorações. Caberá ao Capitão uma comparação entre a simplicidade e o luxo que irá encontrar numa visita à casa de uma amiga da mulher. A crítica far-se-á não só sobre a amiga da mulher do Capitão, pela extravagância encontrada na visita que se lhe faz, como também à sua mulher, por desejar reproduzir a excentricidade. O Capitão provinha de uma família humilde, e a quem bastava para uma noite confortável de sono, um enxergão, um colchão, um lençol e um cobertor, mas, com a visita à casa luxuosa de uma amiga, toda a modéstia da sua vida desaparecera naquele momento. A mulher do Capitão não escapará às suas críticas, por querer introduzir aquela moda na sua casa:

Minha mulher, que puxa muito para ajudar as Moditas, bem contra a minha vontade, também quis de algum modo imitar, não aquela riqueza, que eu não podia com ela, mas a moda das camas altas, e quando veio para casa foi uma pulga, que se meteu no ouvido, dizendo-me: veja você que cama tão bonita, e nós dormindo naquela antigualha, que à vista do que nós vimos tenha pejo que alguém me visite, quando suceda adoecer algum de nós (...) Mulheres são capazes de por mal ir com a fortuna; e por bem, com meiguices, e maneiras, de vencerem tudo o que querem, também esta me venceu. (Costa. 2º Parte. 1825: 1-2)

- O dinheiro

O dinheiro é um meio que leva à corrupção do homem, trazendo a si comportamentos capazes de cegar, resultando no abandono dos valores morais. O caso que se segue diz respeito a um cavalheiro, descrito como senhor de uma riqueza e de uma grande soberba, e que pretende que o médico o cure de uma “semelhante a hidropesia”. Em jeito de metáfora, o enfermeiro descreve o indivíduo e a sua exuberância ao vestir cabedais que engrossavam o seu pescoço, naturalmente, não conseguindo baixar a cabeça a ninguém. O Médico, face a esta situação descrita, inicia o seu discurso refletindo sobre a necessidade de se trabalhar muito para ter alguma riqueza, porém todas as materialidades e superficialidades não nos acompanham depois de mortos. Apenas levamos connosco a nossa alma e memórias. Reconhece que o ser humano deve ter ambição no seu espírito, mas é necessário estabelecer limites, de forma que não se torne escravo de toda a vida que conquistou, pois, quando reconhecer que não é a riqueza que gera a felicidade e realização pessoal, aperceber-se-á que: “(...) não precisa em vida de mais terra do que daquela, que há de ocupar depois do morto.” (Costa. Folheto II. 1801:

16). Alerta e aconselha que se um dia a sua fortuna tiver uma alteração significativa, ou seja, ficar sem ela ou até mesmo ficar mais pobre, pode precisar daqueles que menospreza. Reflete ainda sobre os homens ricos que alegam que a sua fortuna advém da graça de Deus, mas mentem, porque para alcançar tamanha riqueza, tal como afirma o médico, recorrem a práticas imorais: “o não se pagar a quem se deve, o entalar os seus sócios, o maltratar os miseráveis, o manejar usuras, e monopólios são cousas tão insignificantes (...)” (Costa. Folheto II. 1801: 17) são ações suficientes para enriquecer. Para curá-lo dessa enfermidade, deverá praticar o bem para com os mais pobres e recorrer a um padre de talentos que o deixe de consciência mais limpa e tranquila. Finalizando o seu diálogo, avisa o doente que irá visitá-lo para averiguar se a doença diminuiu.

No *Tribunal da Razão* (1º parte), assistiremos a um caso de um filho que não soube gastar racionalmente o dinheiro que os pais, com tanto esforço, pouparam para o seu primogénito. Este homem apresenta-se a tribunal para se queixar contra o Dinheiro, culpando-o pela falta dele pois os progenitores pouparam tanto ao ponto de viverem mesquinhamente. Ora, ao ver-se com dinheiro, não soube guardar nem poupar, praticou o inverso daquilo que os pais lhe ensinaram, gastou tudo o que tinha. A conclusão é a de que a educação dos pais é muito importante quando não exagerada, pois, neste caso, a sua extrema preocupação de amealhar todo o dinheiro que recebiam deixando vivendo o filho miseravelmente, fez com que ele na sua fase adulta não soubesse gerir a emoção de ter dinheiro e gastasse tudo com os luxos que nunca teve. Mais uma vez, o Réu é absolvido. A crítica à desigualdade que o dinheiro traz à sociedade estará presente na audiência de um homem que apresenta a sua queixa, confessando as disparidades na vida corriqueira de um pobre fugindo-lhe, sempre a riqueza, em contraste com a de um rico. Este indivíduo, desde o início, diz não invejar os altos cargos, os luxos e as propriedades, mas inveja o dinheiro que os ricos usufruem, é através dele que têm o seu estatuto na sociedade e são respeitados, ao contrário dele, que nada tem e todos desprezam. A sentença surge de forma implacável, acusando este homem de ser mentiroso e ambicioso, a sua ganância é um perigo para ele mesmo, podendo levá-lo à loucura. Mais uma vez, o Dinheiro sairá ileso das acusações.

Sabe-se que a ambição do dinheiro poderá trazer aos homens cegueira, tal como se irá verificar no seguinte caso: Um homem rico, queixa-se do Dinheiro por já não “corresponder às suas esperanças” (Costa, V. 1816: 4). A este indivíduo, ao ver dois dos

setes cofres vazios, ocorre uma preocupação profunda ao seu íntimo. O dinheiro é-lhe tão valioso que a falta dele o leva ao desespero. Reconhece não haver dinheiro que o satisfaça, ambiciona mais, mas não consegue encontrar o nível de satisfação pessoal, dado que a sua riqueza adquirida em cofres não foi investida, naturalmente se o gastava a fortuna ia diminuindo. Nesta confissão, numa tentativa de se inocentar, relata a vida honesta que leva, nada justificando o dinheiro a fugir. Porém, facilmente será detetável no tribunal a sua grande avareza e grande ambição, o que falta não é dinheiro, mas boas maneiras e juízo.

A moléstia que se segue é a de um homem que nasceu na Galiza no seio de uma conturbada família e com poucos recursos. Com o seu esforço, ascendeu na vida “com honra, e fortuna, em que adquiri com grosso cabedal: tenho quintas; fazendas; e propriedades” (Costa. Folheto IV. 1805: 12). Mas, a sua ascensão fez com que nascesse nas pessoas a maldade, ao ponto de invejar e descredibilizá-lo em relação ao seu passado difícil. O Médico adverte-o para não deixar que o dinheiro o corrompa ou manche os seus valores, dando-lhe a receita para a sua moléstia:

Se V.m. acudir a enfermidade de gente pobre, se matar fomes aos infelices, se acudir a famílias indigentes, se ajudar os Colégios dos Órfãos para a educação da desamparada mocidade, se ministrar mesadas a honestas viúvas, que não tem de que vivão, eu lhe seguro que todos lhe roguem tantos bens, que lhes não sobeje tempo para se recordarem dos males, e dos princípios que V.m. teve. (Costa, Folheto IV. 1805: 12)

É notório que as desigualdades e injustiças advindas do dinheiro sempre estiveram presentes na sociedade. Existem sujeitos que enriquecem investindo o seu dinheiro de forma honesta, sem precisar de cometer atos ilícitos e imorais, outros que colocam os seus desejos à frente dos bons valores que se devem cultivar e outros que simplesmente se acomodam à vida que têm e só se queixam da sua falta de sorte. Todas estas situações anteriormente descritas são encontradas em diversos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, a título de exemplo, apresenta-se no tribunal um “velhaco” para ser julgado pelas suas velhacarias. Este homem prioriza o dinheiro na sua vida de tal ordem que se torna avarento, sem amigos e interesseiro. Este parasita com tudo faz negócio. Nada compra, para ele só o lucro é o mais importante, pede tudo emprestado e até com os próprios amigos é aldrabão, vivendo apenas com a sua mesquinharia.

Na obra *Confissão que faz certo penitente*, o Penitente ao contar uma história demonstra os falsos moralistas na sociedade. Um homem como defensor dos pobres e com posses só falava em fazer o bem com o próximo, mas nunca deu uma esmola. As ações dizem muito mais que as próprias palavras, mas neste caso em particular o homem não praticava aquilo que dizia.

- O “Novo Portugal”

O “novo governo” também será motivo de queixa no diálogo *Confissão que faz certo penitente*:

Nisso mesmo quer V.m. indicar desgoverno no novo Sistema (...) No conceito dos malévolos, Delatores, Espiões, Testemunhas falsas, e outros indivíduos desta relé não o duvido; mas que tem a nossa Santa Causa, que tanto desejamos, que louvamos, e porque punimos, com a falta de Numerários, a que nós mesmos n’outro tempos demos causa mandando para fora o dinheiro, sem nos lembramos, que quem dá o que tem a pedir vem. (Costa, 1823: 6)

No *Hospital do Mundo*, é referido este “Novo Portugal” que, após o Terramoto de 1755, está radicalmente mudado, sob influência das modas europeias, esquecendo-se da sua própria identidade. A doente deste caso recorre ao hospital, incrédula com Portugal, irreconhecível. A verdadeira identidade da nação, já não a encontra e olhar este país assim estranho que viveu desde os seus sete anos até aos trinta e quatro anos, é um fardo para os seus olhos. Os trajés mudaram, levando esta mulher a confundir os homens com clérigos por usarem vestimenta escura e cabelos “de quem tomou Ordens” (Costa. Folheto IV. 1805:6). As mulheres também serão mencionadas, sobretudo em relação às suas indumentárias, revelando-se uma estranheza nos trajés usados na época. Tranquilizando-a, o Médico declara que os seus olhos não têm qualquer problema, é a realidade do país. Não há receita que seja útil para curar o grande problema, a tafularia. O Médico apresenta uma dicotomia entre o Portugal anterior ao terramoto de 1755, e o presente. Antes do desastre, tudo tinha um grande esplendor e grandeza, depois, todo o brilho se desvaneceu adquirindo a sociedade portuguesa modas e costumes estrangeiros extravagantes.

A mudança brusca que aconteceu em Portugal aparecerá de novo em tom de crítica no *Tribunal da Razão*, abordando-se o menosprezo na época às várias ciências, preferindo a mocidade dedicar-se à degustação de vinhos e licores. Outrora os jovens

cultivavam o dom da ciência, dedicavam-se arduamente a serem instruídos não só pela necessidade, mas pelo gosto pelo saber, agora com a mudança dos tempos, o que se cultivava são as festas, o álcool e a futilidade.

– A pobreza do povo português

A pobreza será outro subtema em discussão nos diálogos. No *Hospital do Mundo* veremos uma família que chegou ao hospital com as cabeças abertas por se ter esquecido de dar água à sua gata. A gata, desesperada pela sede, aventurou-se e ficou presa, com tudo isto a se passar às escuras, e com uma crítica acentuada do valor altíssimo do azeite: “porque era costume naquela casa fora, para pouparem o azeite, que está pelo preço que nós todos sabemos, dormir sem luz.” (Costa. Folheto III. 1805:2). Assiste-se a um diálogo que não tem *récipe* neste caso, mas o Médico adverte a família a que trate bem o seu animal e que não se esqueça de lhe dar comida e água.

No tribunal, uma mulher viúva, acusada de matar o matar o seu marido de desgosto devido o seu mau génio (Costa, 1816: 7) faz queixa contra o Dinheiro, atribuindo-lhe a culpa pela sua pobreza e infelicidade:

Eu sou uma infeliz necessitada, e por pobre tudo foge de mim; todos me atropelam; e ultrajam sem eu fazer mal a ninguém;(…) Quando saiu a comprar alguma coisa, no açougue só me vendem ossos, e cebo, porque febra não é para pobre; e se compro hortaliça, e faço no preço a minha diligência, respondem-me as verdadeiras com caras assanhadas: Ouve, não me machuque os miolos! Vá comer tremoços, que são baratos! (...) Se me queixo disto em casas abastadas, dizem logo que minto, porque aquela casa vai sempre carne sem osso, hortaliça em conta, fruta da melhor, e pão escolhido. (Costa, 1816: 8)

A citação anterior não representa somente a queixa de uma mulher pobre. Também é possível perceber o tratamento conferido pela sociedade a quem é pobre ou rico. Porém, esta mulher, face aos olhos do Tribunal, é considerada inocente. Mas, em vez de ter culpado o Dinheiro, deveria culpar as pessoas que a maltrataram: “(...) assim mais se lhe determina que assine termo de não se queixar do Dinheiro” (Costa. Parte I. 1816: 8-9)

Como vemos, a falta de dinheiro e a extrema pobreza são aspetos refletidos por José Daniel Rodrigues da Costa: por um lado um povo extravagante que gasta dinheiro em futilidades, e por outro, a grande massa dos pobres sem ter alimentos que possa colocar na mesa para a sua família

Em um momento da *Confissão que faz certo penitente*, aborda-se a pobreza do povo através expressos nos seus diálogos: “Padre, não confunda as minhas palavras com esse vil defeito, se o queixar de faltas de dinheiro é ser corcunda; há em Portugal muito pouca gente de costas direitas” (Costa, 1823: 6). A falta de dinheiro e a extrema pobreza são aspetos refletidos por José Daniel Rodrigues da Costa, que revelam, por um lado, um povo extravagante que gasta dinheiro em futilidades e, por outro, a grande massa dos pobres sem ter alimentos que possa colocar na mesa para a sua família. A referência à palavra “corcunda” também dirá respeito aos absolutistas, no século XIX eram apelidados dessa forma: (...) a alcunha mais usada entre 1820 e 1850 foi a de Corcunda, que os próprios absolutistas aceitaram e até transformaram em honroso epíteto após a contra-revolução da Vilafrancada.” (Mesquita, 2004: 6)

– Os mexericos

Não são exclusivamente as mulheres as que padecem dessa doença. Os sintomas que retrata o Enfermeiro misturam o vômito com as asneiras, sátiras e calúnias da vizinhança, da família, dos amigos, do Reino, da justiça, do pai e até de si mesmo. O médico, debatendo-se com esta perturbação que é muito comum, afirma que pode ser a influência do tempo com ele estabelecendo uma comparação: “assim como os dias de nevoeiro influem muito nos achacados da cabeça, assim o presente tempo influi nas más-línguas, com que muitos com presunção de que sabem tudo, de tudo falam”. (Costa, Folheto III. 1805: 4). Para se livrar deste mal deverá o paciente praticar com regularidade alguns passeios de manhã “desde o Limoeiro até á Relação, depois volte pela rua Augusta, Ribeira Velha, está logo em casa”, (Costa. Folheto III, 1805: 4) mas adverte que se deve recolher logo que se aperceba que o sol está muito forte. Não deve passear sozinho, recomenda-se a companhia dum amigo para tornar também o passeio mais agradável, assim o amigo contando as suas histórias de vida não terá ele de imaginar outras. Caso

não ajude na sua moléstia deverá colocar “tarjas na língua, ou águas férreas de Caconda” (Costa, Folheto III. 1805: 5).

Também a *Conversação Nocturna* inclui caracterização de um homem mexeriqueiro que:

(...) sabia da ascendência de todos os vizinhos, e vizinhas, as que tinham Dom, donde lhes vinha, e as que deixavam de o ter; e chegava a tanto a sua curiosidade, que como tinha um cão, e um gato, que estimava muito, e não sabendo o modo que havia de vir no conhecimento de como cada um passava na sua casa, deu nesta ideia: convocava os moços servir, que lhe iam comprar o pão para que lhe trouxessem todos os dias de tarde as espinhas das cozinhas de seus amos, com o pretexto da sustentação do gato, e do cão. (Costa, 1812: 20)

– **As dificuldades de ser escritor**

No *Tribunal da Razão*, José Daniel Rodrigues da Costa escreve sobre a dificuldade dos escritores. Um “Autor moderno de grandes obras” (Costa. Segunda parte. 1815: 7) apresenta-se ao tribunal com o propósito de acusar o dinheiro de abandoná-lo injustamente. No início deste diálogo, declarou que estudou o quanto pôde, pela sua grande paixão e devoção pelas letras, adquiriu diversas obras importantes que não o ajudaram agora que é escritor. Leu para se inspirar e escrever, mas nada lhe trouxe o sucesso merecido tal qual via em outros autores. O queixoso será declarado culpado por se inspirar em escritores antigos e fazer do seu percurso literário à semelhança dos seus modelos que em nada traz de novo para os leitores. Ainda na mesma obra, haverá a referência a um poeta namoradeiro, sem dote para a escrita. A vaidade e o modo de vida fá-lo perder a sua essência, conta histórias mirabolantes como se fosse ajudado pelas divindades míticas que não lhe bastam à sua falta de vocação para a escrita, porque “(...) as Musas lhe fazem a cama; e de que Apolo lhe empresta a sua carroça em dias de chuva.” (Costa. Folheto I. 1816: 8).

– A ilusão das aparências

No *Tribunal da Razão*, na página sete, aparecerá uma mulher que vive unicamente das aparências e do bom nome da sua família, mas nada tem. Esta senhora quer sustentar a sua farsa, alimentando quem a visita e passando ela própria fome nos restantes dias. Mudar de estatuto é vergonha perante a sociedade. Não solicitar ajuda vai provocando deterioração à medida que o tempo passa. Apesar de esta mulher culpar o dinheiro, o réu é ilibado da acusação, àquela cabendo, pelo seu estado de loucura, a única culpa de todos os prejuízos.

A superioridade de alguns membros da sociedade que utilizam a sua aparência e os seus trajes para que possam parecer mais do que ninguém é demonstrado na *Confissão que faz certo penitente*. As indumentárias são usadas com o intuito de mostrar a soberba e a riqueza daqueles que mais posses têm, mas acabam por ser ridicularizados com os excessos de adornos que possuem.

– Evidências jocosas

As evidências jocosas (conferir anexo VI) constituem um assunto privilegiado na obra de José Daniel, não só as podemos encontrar nos diálogos, como também, dedica no final dos mesmos textos do diálogo *Tribunal da Razão* (I parte) apelidados de: *Acontecimentos notáveis, presentes, pretéritos, e futuros, tirados de especulações filosóficas, físicas e matemáticas* (conferir anexo V). A título de exemplo, no diálogo apresenta-se uma mulher que é “escrava dos seus pensamentos” e das suas crenças, regulando a vida de acordo com as superstições em que acredita e que lhe foram transmitidas pela avó, como por exemplo: “Principiam os prejuízos desta senhora por acreditar que quando lhe espirra a luz do candeeiro, é sinal de lhe entrar ouro, ou prata pela porta dentro.” (Costa. Folheto I. 1816: 7)

– **A maldade**

As maldades do Homem sobrepõem-se a todos os valores quando o assunto é atingir determinado fim para sua própria conveniência. O caso que se segue é o de um homem sem escrúpulos e sem moral, um parasita que nada tinha, e após ter ganho algum dinheiro enganava as pessoas, aproveitando-se delas e deixando-as com esperanças.

Na *Confissão que faz certo penitente*, a selvajaria que está na sociedade é demonstrada quando o Penitente considera o ato de roubar uma ação “trivial”: “Padre, isto de furtos de hoje uma coisa trivial, poucos deixam de furtar mais, ou menos, mais descarados, ou mais políticos, o rico furta o pobre, o pobre faz o mesmo ao rico; precisasse; não o há, furto no caso, e ainda agora, e agora, Deus nos dê alguma enchentezinha por algum meio, senão ficamos todos a pão, e agora: e nisto de restituições também estou gemendo por aquelas, que não fazem e que muito me é que falte às que devo!” (Costa, 1822: 5-6).

– **As boas almas**

Nos diálogos, José Daniel Rodrigues da Costa não critica somente os males da sociedade. Reservará momentos especiais para louvar as boas pessoas que existem na sociedade que devem servir de modelo para os restantes indivíduos. A título de exemplo, veja-se uma mulher dotada de todos os valores que deve ter uma “senhora de bem”: é instruída, teve uma perfeita educação religiosa e prática todos os ensinamentos. Quanto à sua vestimenta, a crítica é feita pela positiva, ao contrário das modas que se seguiam, esta mulher veste-se de forma decente sem embelezamentos exagerados e ridículos. Após terminar as suas lides domésticas, dedica-se à leitura e ajuda a educar as meninas sem grandes posses. Segundo o autor, esta senhora é um exemplo a seguir na sociedade, por cultivar todos os valores e modos de vida que ele preza.

– O desejo da mudança de sexo

Surge no *Hospital do Mundo*, uma senhora que se queixa de ser mulher vindo à procura naquele hospital dum remédio para se transformar num homem, já tendo já ela algumas liberdades que os homens possuem. O desejo desta mulher não é descabido, mas na época era visto como um pedido de alguém provavelmente com problemas mentais, visto que esta já utilizava roupa de homem e rapava o cabelo para se fazer assemelhar a um: “tendo já por princípio de sua metamorfose tanta coisa, que pouco resta para conseguir o que deseja. Por quanto tem já a liberdade de homem, anda sozinha pela rua, ou acompanhada quem lhe parece, calça sapatos rasos diz que usa calças, anda por casa de cabeça raspada (...)” (Costa, Folheto IX. 1824: 15) Como já é conhecido pela História, as mulheres do passado tinham poucos direitos e eram-lhes vedadas certas liberdades e a determinadas profissões. E, com o tempo, as mudanças foram trazendo mais liberdade e mais voz na sociedade. O Médico afirma-se surpreso com a versatilidade desta mulher e com as diversidades que existem na sociedade, contudo, acha uma loucura os seus pensamentos.

– O preconceito

Na segunda parte do *Tribunal da Razão* preconceito será um subtema abordado. Será nítido como era visto um homem que saíria dos padrões masculinos da altura. A sua masculinidade é colocada em causa, por ter o cuidado de estar perfumado e asseado e de estar bem-apresentado nas suas saídas diárias. Acontece é que a maior parte destes homens é alvo de criminalidade tal como afirma a personagem Desengano: “(...) por se figurar o que eram alguns ladroes, que lhe faziam espera.” (Costa, I parte. 1825: 2). É através da vulnerabilidade e da diferença dos outros que se fazia troça, abusava-se e roubava-se.

No diálogo a *Murmuração*, o preconceito à raça negra estará visível através da seguinte deixa: “Amigo, *lhe disse o Capitão*, aborrecendo eu também o Fanatismo,

porque não sou daqueles, que tem de si para si, que lhes há de sair a sorte grande da Loteria, porque o bilhete tem um número letras iguais, ou porque o bilhete foi tirado por uma criança, ou escolhido por um Preto, (...) (Costa. I parte. 1825: 2)

José Daniel Rodrigues da Costa, trará subtemas que merecem atenção do leitor sobre o preconceito vivido na sociedade portuguesa.

– **A higiene**

A preocupação pela higiene é exposta no caso de um barbeiro que guardou o sabonete que já tinha sido utilizado noutro cliente: “(...) e perguntei: Ah senhor mestre, donde tirou V.m. o sabão para me pôr na cara? Respondeu-me: foi aqui da algibeira da casaca, que está na prega de trás, porque vinha agora de fora de fazer a barba a um freguês. (Costa. Folheto. 1824: 3). As questões de saneamento foram ganhando importância à medida que as épocas iam passando, é através da limpeza e dos costumes de boa higiene que algumas doenças puderam desaparecer. E neste diálogo há uma valorização de asseio e a crítica pela falta do mesmo, ainda para mais, quando se trata de uma barbearia. A falta de limpeza facilmente colocaria alguém em perigo com alguma doença transmissível.

– **Alterações climáticas**

As alterações climáticas são alvo de apreciação na *Murmuração*: “Senhora Capitão, continuou ele, há anos que deu mal nas Oliveiras, sendo elas, como são símbolo da paz; a este mal seguiu-se a confusão das Estações, metendo-se o Inverno pelo Verão, e o Verão pelo Inverno; e o mal das Oliveiras sem acabar.” (Costa. I parte. 1825: 1). As alterações climáticas começaram a ser refletidas nos finais do século XIX e as consequências que poderiam advir para o planeta. A citação transcrita de José Daniel Rodrigues da Costa, faz-nos refletir sobre uma possível consequência dos grandes efeitos

de estufa, fazendo com que houvesse maus anos agrícolas sobretudo no que diz respeito às Oliveiras.

– **A cidade e o campo**

No seio da sociedade existia uma distinção entre o campo e a cidade, José Daniel Rodrigues da Costa apresenta no seu diálogo a dicotomia campo / cidade. Nos campos a vida era dura, eram estes que forneciam bens alimentícios para as gentes urbanas “andarem de costa direita.” (Costa. Folheto III, 1824: 18). José Daniel Rodrigues da Costa, numa carta escrita a um amigo íntimo datado de 1 de abril de 1805, apresentará novamente a diferença existencial entre o campo lugar de tranquilidade e paz, onde se poderia contemplar os corpos celestes enquanto cidade é um lugar confuso e solitário. Apesar de a cidade ser palco de inovação, do saber, da cultura, José Daniel em diversos momentos critica a falta de investimentos na cultura e nas letras como também a falta de interesse: “(...) por último lhe digo que tudo está mudado, até parece que o mesmo tempo já não respeita, nem a literatura (...)” (Costa. Folheto III. 1824: 21)

– **A religião**

Os mais conservadores alimentavam o absolutismo e o fanatismo religioso como excelência do país, mas:

Durante o período das invasões francesas e da regência inglesa, a corrente iluminista penetrou facilmente pelo país, principalmente através das lojas maçónicas de orientação francesa ou inglesa trazidas pelos militares respetivos. Embora tenha entrado em Portugal na primeira metade do século XVIII, a maçonaria expandiu-se nesta altura, recrutando adeptos entre todas as classes sociais, nomeadamente entre o clero, apesar da condenação da Igreja, tornando-se essencial na vida política nacional a partir da Revolução de 1820 (...). (Coutinho, 2018: 149)

Portugal sempre foi um país extremamente católico e mesmo após o surgimento dos ideais liberais, grande parte da sociedade manteve-se fiel à sua crença e à devoção religiosa como o caso da personagem o Religioso: “Ainda aí não fica, acudiu o Religioso, levam os sacrilégios os vasos com as sagradas Fortunas como sucedeu em S. João da Praça, em S. Lourenço; e no Convento de Santo António do Porto. Eis o efeito da irreligião, e da impiedade: parece que isto não vem só de meros ladrões; isto é filosofia do tempo, ensinada pelos grão-mestres do iluminismo.” (Costa. Parte II. 1825: 22) No diálogo *Murmuração*, a fala do Frade tem a função de chamar à razão, através das histórias bíblicas, os indivíduos que tenham perdido a sua fé:

Desengane-se Senhor, quando Deus fez o mundo, deu ao primeiro homem uma mulher; porque Deus quisesse, quando criou uma Eva, podia criar muitas; mas pôs em tudo em moderação com uma ordem seguida, e impreterível, de que resultou nos sucessores, a Sociedade Política, e honesta chamando umas cousas a necessidade da emenda de outras, conforme as circunstâncias pedissem, mas tudo pedindo sempre para a união, e virtude. (Costa. Parte III. 1826. 10)

Com a difusão dos pensamentos iluministas ocorre uma mudança de mentalidades relativamente à fé católica. É no diálogo *Azurrague de Patifes* com a personagem Peralvilho, que iremos constatar a opinião de um liberal relativamente à religião:

A coisa por aí vai: a diferença é que vocês chamam coisas sagradas ao que nós chamamos ferros, abuso, fanatismo, e superstição. Forte Abadde foi um, que escreveu um tal Livrinho chamado Cidadão Lusitano. Sempre cuidámos, que tivesse mais fortuna o bom do livrinho. Havia de ser bispo na primeira vacatura, ainda que isto de bispos já estava por pouco tempo. (Costa, 1823: 23)

Nestes diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa constatamos que os sujeitos que viviam no campo não deixavam que a sua devoção e o “fanatismo” cegassem as suas crenças mesmo com a difusão dos ideais liberais. No século XIX vivenciou-se o anticlericalismo, esta hostilidade face ao mundo religioso católico tomou grandes proporções na sociedade portuguesa, fizeram-se ataques à igreja e cometeram-se atrocidades aos padres e freiras

As personagens

Relacionado com o tema das personagens, nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa poderemos encontrar apenas duas personagens que não apresentam grande variação nem diversificação de novos interlocutores a dialogarem. As designações das personagens nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa irão facultar ao leitor informações acerca do seu estatuto social, da sua profissão e religião. As personagens e as características que o escritor lhes confere formam um elemento fundamental para que possa existir o diálogo tal como afirma Teresa Nascimento: “As personagens, com a progressão dos seus raciocínios, das suas afirmações, das suas hesitações, são condição necessária para a existência do diálogo.” (Nascimento: 2011, 321). No diálogo o *Hospital do Mundo*, do Folheto I ao Folheto II, o escritor manterá as duas personagens: o Médico e o Enfermeiro. Estabelece desde o começo do diálogo a função de ambos: ao Enfermeiro cabendo quando apresentar os doentes ao médico e contar as suas queixas:

Esta senhora traz aqui esta menina de doze anos com um achaque de comilona, porque não há armário, despensa, ou gaveta, aonde sua mãe meta alguma coisa de comer, a que ela não vá às escondidas mexer, tirar, e comer. Não se sabe se isto precede de ser gulosa, ou de ter fome canina. Observa-se que acabado o jantar, anda logo com a mão na boca, comendo tudo o que pode pilhar. V.m dirá o remédio, que se lhe deve dar. (Costa. Folheto II. 1805. 3)

Mais tarde, o Enfermeiro deixará de apresentar as queixas do doente. Este continuará no diálogo, mas com redução nas suas funções. Os próprios queixosos introduzirão as suas lamentos e justificações, a título de exemplo, a nova personagem, a inglesa irá apresentar os seus queixumes: “Senhor Doutor, venho aqui bastante assustada na desconfiança de que tenho nos meus olhos ou nevoas, ou cataratas.” (Costa. Folheto IV. 1805: 5).

É função do Médico ouvir e receitar remédios eficazes para as enfermidades dos seus doentes: “*Récipe*. Reze nas suas contas em casa, e abstenha-se de beatices na rua, que nem são exemplares, nem delas se tire o melhor fruto “(Costa. Folheto VII. 1805. 7)

Observar-se-á uma particularidade de fusão do diálogo entre o Médico e o Doente, ou seja, na pergunta do médico sobre o seu queixume, José Daniel Rodrigues da Costa

não inicia nova fala para o Doente responder, a resposta dar-se-á de seguida, tal como comprova a citação que se segue:

Se está nesse estado Tumba com ele, que não será o primeiro que lá vá acabar de morrer: vejamos o Enfermo. Que tem, irmão? Eu, Senhor Doutor, (respondeu o doente) creio que por culpas gravíssimas, que meus pais cometeram, me persuadir que tinha nascido Poeta; e com este entusiasmo lancei-me pelas veredas ingremes do Parnaso, sendo aliás destinado para aprender o ofício de ceeiro (...). (Costa. Folheto III. 1805: 8-9)

O surgimento da personagem “Inglesa” não será a única a aparecer, teremos o doente que aparecerá nos folhetos correspondente ao mês de maio, junho, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro.

Doente (...) Porém, Senhor Doutor, o que aqui me conduz é uma cutilada, que me deram; porque hum tافل, a quem eu li a Análise, que tinha feito das mulheres, sem alma, nem consciência me acutilou este braço, e ainda que fez toda a diligencia por me dar a cutilada na língua, por serem tão rápidos, tão ligeiros, tão prontos, tão multiplicados, e tão sem ordem os movimentos da minha língua, não o pôde conseguir; que tenho nela tanto gaz, e tanto eletricismo, que ainda que a deitasse um palmo pela boca fora, a espada não acertava nela. (Costa. Folheto V. 1805: 8-9)

Tal como a Inglesa que aparecerá uma vez só no diálogo *O Hospital do Mundo*, o mesmo acontecerá com os Quatro Ladrões que irão ter o direito de intervir, contando os seus percursos de vida e os seus queixumes. O Primeiro Ladrão, o Segundo Ladrão, Terceiro Ladrão, Quarto Ladrão que contarão a causa de terem enveredado pelo caminho da criminalidade.

O número de personagens no *Tribunal da Razão* é maior e mais diversificado. À semelhança do *Hospital do Mundo* cada uma terá uma função a desempenhar no diálogo. No início do diálogo teremos como interlocutores a Razão que terá a ocupação de organizar a entrada das personagens como comprovamos na seguinte citação: “Ausente o sentenciado, siga-se outro queixoso” (Costa. Parte I. 1816: 7) como também, aparecerá a fazer reflexões acerca da sociedade antes do começo dos queixumes dos queixosos. Nas ponderações abordará a necessidade dos homens e mulheres de mentirem, achando-se senhores da razão, livres de qualquer pecado que procuram naquele tribunal um culpado

pelas suas ambições, pelos maus investimentos, pelos atos ilícitos que envolvem o dinheiro. Contaremos com a presença do Dinheiro, uma única vez, para se defender daquilo que está sendo acusado:

Sereníssima Senhora, sei muito bem que todo o racional me chama o bem, e o mal do mundo; que me atribuem a propriedade de iludir os homens, precipitando uns, e elevando outros; asseverando-se que fujo de quem me busca, e que busco a quem me foge; que me nego a quem trabalha por me conseguir, e que me apronto aos ociosos, e perdulários; concedendo-me o império das duas quimeras Fortuna, e Desgraça. (...) (Costa. Parte I. 1816: 2)

O Contínuo terá a função de apresentar o queixoso, ordenando a sua entrada no tribunal, já o Porteiro tem como função fazer um resumo muito breve da queixa e também encarregar-se-á de transmitir a sentença ao Queixoso que como se depreende da sua designação, competirá queixar-se e apresentar detalhadamente a queixa sobre o Dinheiro e os transtornos que este poderá ter causado na sua vida. Contrariamente às personagens analisadas até ao momento que são fixas, encontraremos outras personagens, que se intitulam de personagens não fixas, pelo facto de aparecerem e desaparecerem ao longo do diálogo. Estas aparecerão com o intuito de fazer justiça relativamente às acusações dos queixosos contra o Dinheiro. Esta variação de personagens poderemos encontrar na segunda parte, a Moderação, a quem será atribuída a função de tomar conhecimento das queixas e defender a parte acusada. A Temperança será outra personagem que se poderá incluir nesta variação, aparecerá na segunda parte e terá como cargo elucidar os queixosos dos seus valores que foram esquecidos, clarificando a mente e os olhos daqueles que estiveram encegueirados culpando o Dinheiro pelos seus erros. A Economia aparecerá na terceira parte tendo a função de abordar questões financeiras, devendo assim ser utilizada por estes homens e mulheres nos seus tempos de opulência. A Verdade aparecerá na terceira parte com o intuito de chamar à razão, acusando os lamentosos por serem mentirosos por elaborarem uma falsa acusação contra o Dinheiro sem que este tenha culpa da má gestão que fazem. A Humildade aparecerá na terceira parte com a função de repulsar a soberba dos queixosos. A Perseverança na quarta parte, caracteriza-se como um valor de que todo o Homem se deve recordar quando vivem em grandes excessos, a Conformidade surgirá na quarta parte, com o objetivo de clarear e tornar mais transparentes os pensamentos para que possam enxergar os seus erros, a Constância

figurará para lembrar que deveria ser nesta virtude que os homens deviam alicerçar a sua vida. A Justiça surgirá como o próprio nome indica para combater a injustiça, tentando tirar a venda que tapou os olhos a estes indivíduos todo este tempo por causa do interesse e do poder. A Educação defenderá o ensino, pois é através deste que se ensina boa moral e bons princípios desde cedo a todos os jovens para que possam seguir uma vida honesta e de bem.

Na continuação desta obra, na segunda parte, haverá algumas mudanças nas personagens. A única personagem que se manterá até o fim da obra será a Razão. Porém acresce-lhe uma função neste diálogo, além das suas reflexões e a ordem do diálogo, terá a responsabilidade de atribuir “notas” que rotulem os queixosos, a título de exemplo: “Ponha-se-lhe a Nota competente de um sagaz velhaco; siga-se outro indivíduo.” (Costa. Segunda Parte. Folheto I. 1816: 4). As que se seguirão serão as novas personagens que farão parte do diálogo, como é o caso da Prudência que tal como a Denúncia aparece somente no início do diálogo, apresentando esta a Denúncia para dar a conhecer as suas queixas. A Denúncia por sua vez surge apenas uma vez no início do diálogo que aborda os vícios do sexo feminino e do sexo masculino que estão a contaminar o mundo e a sociedade pela falta de educação, pelas intrigas e pelos egoísmos. Outras personagens novas que se irão manter até final desta Segunda Parte são: o Acerto, que assumirá a função de apresentar os indivíduos, tal como se viu anteriormente com a personagem o Contínuo, o Desengano, que assume uma função de apresentar o queixoso e as suas queixas, tal como o Porteiro e o Contínuo na primeira parte desta obra, porém com uma especificidade, conhece todos aqueles que apresenta.

Relativamente à obra a *Confissão que faz certo penitente* teremos um outro modelo, não serão introduzidas personagens no decorrer do diálogo. Apenas haverá o Padre e o Penitente como interlocutores. O Padre fará questões acerca da fé do pecador, com o objetivo de fazê-lo refletir sobre os pecados²³ que não são seus para que possa ter uma vida honrada, decente e católica. O Penitente terá a função não só de confessar os seus pecados, embora indiretamente, quando este confia os pecados dos outros, como

²³ A confissão que este penitente fará não será acerca dos seus pecados, mas sim, contará os pecados que vê na sociedade cometidos por outrem.

também, confere algum divertimento ao leitor para que não seja um assunto monótono sobre a religião e os pecados.

O *Azurrague de Patifes* apenas terá dois interlocutores: o Peralvilho e o Aldeão. Cada personagem irá defender os seus ideais e as suas crenças. Teremos um debate entre um cristão conservador (Aldeão), devoto a Deus que repugna os pensamentos liberais e todas as transformações que advieram destas ideias. O segundo interlocutor é um liberal ateu (Peralvilho), defende os princípios iluministas, afirmando que a luz não é Deus, mas sim, a liberdade e o significado de novos tempos que nada têm de conservadores.

Na *Conversação Nocturna*, teremos a participação da Esquina de S. Domingos, Esquina do Amparo, Esquina do Nicola, Esquina da Rua do Ouro, Esquina Augusta, Esquina do Carmo (1º e 2º), Esquina do Regedor e por fim, a Esquina do Madre Deus que partilharão as suas experiências e o modo como e são tratadas quando nelas são postos Editais.

O diálogo *Novidades de Lisboa* apenas terá duas personagens: ao Padre Cura, caberá escutar as boas novas que Bento traz de Lisboa. Relativamente à *Murmuração* teremos, a disposição das personagens anunciadas no título do diálogo. Este diálogo irá partilhar das mesmas características que foram possíveis analisar nos diálogos anteriores: haverá personagens que se manterão até ao fim dos diálogos, sendo o caso do Velho Doutor, o Capitão e o Taful, o Frade e outras que aparecerão e desaparecerão com a mesma rapidez com que apareceram, sendo o caso da personagem o Religioso, o Barbeiro e o Poeta. As personagens na primeira parte deste diálogo terão uma função de apresentar a sua opinião acerca do tema, como é o exemplo do Velho, do Religioso, do Capitão e do Frade. Terão o objetivo de atingir aqueles que abraçaram toda a mudança que o espírito das luzes trouxe para Portugal, sendo estes os parasitas que trouxeram as “pragas” para a sociedade portuguesa. Neste caso em concreto teremos aquele que será julgado pela forma de viver: o Taful. Na segunda parte deste diálogo, as personagens vão se mantendo, o alvo continuará a ser criticado pelo modo de vida que leva (o Taful). Aparecerão novas personagens umas que terão direito a dialogarem e outras que terão efeito de personagens secundárias nesta obra, sendo o caso do Barbeiro e do Garotoz. E por fim, aparecerá o Poeta que irá inserir o mote na sua fala, algo diferenciador relativamente aos outros diálogos.

O que verificamos até ao momento nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, é que este separava géneros, ou seja, o diálogo não se fundia com outros géneros. Havia uma separação clara, não deixando haver lugar no diálogo para qualquer tipo de fusão.

A Enunciação

A classificação dos diálogos é importante desde a antiguidade clássica. A enunciação constitui-se como uma característica do diálogo. Podendo assim atribuir-se três formas de discurso: a mimética, a narrativa ou misto. A mimética refere-se ao discurso direto, a narrativa diz respeito ao discurso indireto e o misto como o próprio nome indica, pode surgir num diálogo em que se verifica a fusão entre a mimética e a narração. Primeiramente abordaremos o discurso direto, segundo Teresa Nascimento:

Desde muito cedo que Platão e Cícero tiveram consciência de que a enunciação do diálogo se podia fazer de diferentes maneiras, preocupando-se em deixar expressas, por mais do que uma vez, as virtualidades do discurso directo, sem qualquer entidade mediadora que o veicule. (Nascimento, 2011: 373)

Este tipo de discurso direto estará presente nos seguintes diálogos: *Conversação Nocturna*, *Azurrague de Patifes*, *Novidades de Lisboa*, *Tribunal da Razão* (1º e 2º parte) e *Confissão que faz certo penitente*. Notar-se-á nestes diálogos que não existe qualquer intervenção de algum narrador para fazer a mediação narrativa do diálogo. Contrariamente, no diálogo a *Murmuração* teremos a predominância do discurso indireto. Apresentar-se-á de forma muito diferente de todos os diálogos analisados de José Daniel Rodrigues da Costa, as personagens não serão mencionadas como apuramos até ao momento, ou seja, referindo apenas nome da personagem e a fala do qual é responsável, desta vez teremos verbos que acompanham os seus nomes: “respondeu”, “afirmou”, “lhe disse” (...): “Ah! Senhor Capitão, lhe disse o Velho (,,)” (Costa, 1823: 3). Neste diálogo contaremos com a presença de um narrador omnisciente, este narrador conhece as personagens, os seus e o seu propósito neste diálogo. A utilização de um narrador torna-se uma característica marcante nos diálogos em que existem a predominância do discurso indireto como constataremos nas reflexões de Teresa Nascimento:

A esta entidade. Cabe, em geral, a introdução do diálogo, com lugar para a sua contextualização, a apresentação das personagens e a regulamentação do discurso, à custa de verbos interlocutores, bem como ainda, muitas vezes, a sua conclusão. Dotada, em algumas ocasiões, de um estatuto de omnisciência, poderá revelar-se particularmente apta a interpretar reações das personagens, desvelar as suas motivações ou até mesmo esclarecimentos que só ulteriormente poderiam ser conhecidos. (Nascimento, 2011: 383)

Contudo, haverá um diálogo em que coexistirá o discurso direto e o discurso indireto, como é o exemplo do diálogo *o Hospital do Mundo*. Apesar de ser um diálogo predominantemente em discurso direto, depararmos-nos com uma situação pontual de discurso indireto claro, a título de exemplo encontraremos a seguinte citação:

Se está nesse estado Tumba com ele, que não será o primeiro que lá vá acabar de morrer: vejamos o Enfermo. Que tem, irmão? Eu, Senhor Doutor, (respondeu o doente) creio que por culpas gravíssimas, que meus pais cometeram, me persuadir que tinha nascido Poeta; e com este entusiasmo lancei-me pelas veredas íngremes do Parnaso, sendo aliás destinado para aprender o ofício de ceeiro (...) Vejo-me, Senhor Doutor, com um moimento de ossos, como logo verá, quis o Fado, que escreve com longos dedos murados os seus inflexíveis decretos em laminas de bronze com caracteres diamantinos. (Costa. Folheto III. 1805: 8-9)

No *Hospital do Mundo*, deparamo-nos com outra situação de discurso indireto: nos primeiros folhetos mensais a personagem designada de Enfermeiro surge como um elemento de mediação entre o Doente e o Médico. É através da fala do Enfermeiro que são apresentados os doentes e as suas queixas. No entanto, e embora se apresente de forma distinta, no diálogo a *Confissão que faz certo penitente*, apresenta uma particularidade similar a do diálogo *o Hospital do Mundo*, quando a personagem Penitente em vez de confessar os seus pecados confessa os alheios:

Por pensamentos só uma vez, me lembra desejar namorar, e foi quando vi um Sacerdote montado em um Soberbo Carvalho, que onde achava caras bonitas pelas janelas dizia-lhes suas chufadas: eu então lembrando-me do meu tempo, me desejei nos meus vinte, para fazer outro tanto, que hoje não posso, nem botar fogo um foguete. (Costa, 1823: 5)

Para concluir, os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa apesar de se apresentarem em maior número no formato de discurso direto, existem ainda, os diálogos mistos onde se podem observar situações pontuais de discurso indireto em diálogos predominantemente diretos. O escritor utiliza um narrador onisciente, como é o exemplo do diálogo a *Murmuração* ou então irá se recorrer a um narrador omnipresente. As personagens adquirem a função de narrador como serviram de exemplo os diálogos do *Hospital do Mundo* e da *Confissão que faz certo penitente*.

O riso nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa

Para a realização da análise dos recursos cômicos utilizados por José Daniel Rodrigues da Costa nos seus diálogos, abordaremos a importância do riso e do cômico de situação nas reflexões de Verena Alberti, Vladimir Propp e Henri Bergson.

Alberti, na sua obra *O riso e o risível na história do pensamento*, vai conceder informações acerca da influência que o riso teve na literatura desde a Antiguidade clássica até ao século XX. Para Verena Alberti o riso e o cômico estão intimamente conectados, e é através desta conexão que é possível ao indivíduo usufruir de uma outra realidade que servirá de escape à razão e à seriedade da vida, pois o riso ultrapassa a razão no momento em que decorre. Na opinião de Henri Bergson, o riso é inato ao ser humano, porém, nem tudo é risível. Caberá a cada sujeito avaliar as situações de riso tendo como base as suas experiências e valores, reconhecendo, embora que o maior inimigo do riso é a emoção (Bergson, 1983: I). A título de exemplo, José Daniel Rodrigues da Costa menciona “as botas de canhões” (Costa, Folheto III: 1824:9) combinada com a crítica que provoca o riso. Talvez quem as usa não gostará da crítica realizada às botas que tem tanta estima, comprovando assim a teoria de Bergson. Certas situações que têm o intuito de provocar o riso não são extensíveis a todas as pessoas que leem (neste caso particular) ou assistem a situações pontuais. Por fim, Vladimir Propp tratará das sátiras às profissões, os caracteres cômicos, entre outros, que nos levarão ao riso da comédia que nos propomos analisar de acordo com os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa.

Posto isto e tendo em conta as reflexões dos estudiosos, o riso constitui uma característica humana importante na sua vida pessoal e nas suas relações diárias, servindo de terapia em diversos momentos da nossa vida de modo que consigamos relativizar certas situações de rispidez que estamos sujeitos bem como preocupações triviais.

No que diz respeito à literatura, poderemos afirmar que tem o poder de nos conduzir para uma outra realidade, o mesmo acontecendo com o riso.

Nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa encontraremos o funcionamento conjunto do riso na literatura e procederemos à análise das características utilizadas pelo escritor que levarão o leitor ao riso. Os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa têm o potencial de transferir o leitor para uma outra dimensão (através das suas descrições

que são bem pormenorizadas), para uma época repleta de história e de grandes acontecimentos, sendo através da comicidade que estes factos se veem realizados.

O cómico no *Hospital do Mundo* e no *Tribunal da Razão* evidencia-se na ridicularização de personagens e das suas profissões. A título de exemplo, no *Hospital do Mundo*, as personagens Médico e Enfermeiro têm a função de convalescer os seus pacientes com os problemas de mau carácter e mau génio. José Daniel Rodrigues da Costa destaca esses problemas como doenças reais que colocam a sociedade doente. Ao Médico compete curar os seus pacientes facultando as suas récipes absurdas porém, divertidas para tratar das queixas triviais, tal como é o exemplo de um homem que recorre ao hospital para pôr fim a um mal da cabeça: quando este homem sai de sua casa só pensa em namorar. Não pode observar nenhuma moça à janela, se as vê fica com o pensamento desassossegado. O Médico fará um comentário cómico antes de prescrever a sua receita:

Venha cá menino, bem mostra que não tem cuidados, que se os tivesse, neles tinha achado a verdadeira cura para a sua moléstia. Em um tempo, em que a todos mal lhes chega o dia para buscarem donde lhes há de vir o sustento, leva V.m de manhã até À noite a namorar! É para mim uma coisa rara. (Costa. Folheto VIII. 1805: 17)

No *Tribunal da Razão* a personagem Razão estará a simbolizar a profissão de Juiz. Apesar da seriedade do ofício que a personagem representa, acabará por tornar-se numa profissão cómica quando a “Razão” atribui “rótulos” cómicos aos que eram oficialmente culpados. É o exemplo do caso de um pai que apenas quer usufruir de uma boa vida, negligenciando aos filhos o acesso aos estudos e boa comida. Face a esta confissão é culpado e sentenciado a sua punição através de uma nota: "Ponha-se a esse homem nota de tolo, perdulário, e mandrião (...)" (Costa. Folheto I. 1816: 5-6). Todas as sentenças passaram pela punição de humilhação pelo qual as personagens queixosas serão reconhecidas a partir do momento que sairão do tribunal.

Estas ridicularizações de profissões (Propp, 2002: 92) não são totalmente díspares do mundo real, a personagem Médico continua a curar os seus doentes e a Razão manterá a função de punir os que são identificados como culpados de acordo com os seus critérios, apenas ganhará características específicas cómicas, como anteriormente descritas. Esta ridicularização das profissões (Propp, 2002: 92) não tem de ser observada e analisada no sentido conotativo do seu significado, o ridículo é também aquele que nos faz rir como é verificado nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa. Além da ridicularização das profissões, poderemos considerar a ridicularização das personagens que também está

presente nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa. As personagens assumem características que representam o desapareço do escritor pelas más índoles, todavia, são ridicularizados pela sua própria condição concedendo assim momentos de riso inevitável ao leitor. Certas personagens tais como os doentes que se queixam dos infortúnios da vida sendo eles culpados da sua própria miséria e doença no diálogo *O Hospital do Mundo*, os Queixosos do diálogo *Tribunal da Razão* (1º e 2º parte) que denunciam o Dinheiro como principal causador e culpado dos seus infortúnios pela sua própria avareza e soberba e por fim, o Tافل no diálogo *A Murmuração* que representa toda a “Tafularia” que foi consumida pela futilidade e pelas modas exageradas e ridículas. Estes são exemplos de personagens que representam os caracteres cómicos (Propp: 2002: 134), elas surgem com o propósito de simbolizar os parasitas que a sociedade tem. José Daniel Rodrigues da Costa não lhes atribui de modo algum qualquer tipo de qualidade, apenas representa o lado sombrio e de mau carácter que contamina a sua alma e a sociedade. Apesar de as histórias se revelarem excessivas para tornar a leitura divertida e cativante, em certos momentos, encontramos alguns exemplos que eram vistos na época do escritor e são encontrados até hoje. José Daniel Rodrigues da Costa utiliza as personagens e conta as suas histórias não só para fazer as suas críticas mas também para ensinar a olhar para esses acontecimentos com uma importância moderada para que seja possível tirar algum proveito e que nos faça rir e refletir para que não sejamos os caracteres cómicos das vidas reais.

As personagens *do Hospital do Mundo* e *do Tribunal da Razão* além de poderem ser classificadas como caracteres cómicos, também se inserem naquilo que Propp designa “fazer alguém de bobo” pois estas personagens são vítimas das suas próprias ações e motivo de gozo para outras personagens e até mesmo o leitor. Existem situações em que esta característica da personagem é mais evidente, como os casos descritos na temática da parvoíce e da idiotice no *Hospital do Mundo* e no *Tribunal da Razão*. Outra situação possível de se encontrar nos diálogos é “fazer alguém de bobo” sem ser uma personagem, ou seja, na *Confissão que faz certo penitente* teremos a personagem o Penitente que irá contar a história de um sacerdote namoradeiro que se colocava acima de um carvalho para encontrar mulheres bonitas à janela: “Por pensamentos só uma vez me lembra desejar namorar quando vi hum sacerdote montado em hum soberbo de carvalho, que onde

achava caras bonitas pelas janelas dizia-lhes suas chufas: eu então lembrando-me do meu tempo, me desejei nos meus vinte para fazer outro tanto, que hoje não posso, nem botar um foguete.” (Costa, 1822: 5). A personagem Penitente, ao narrar o ocorrido com sacerdote, faz com que este se transforme em alguém tolo pela sua própria ação mesmo não sendo personagem do diálogo. Aproveitando tal facto, troça dele mesmo ao criar uma comparação dos seus tempos na juventude em contraste com o seu tempo presente tal como se verificou na citação anterior.

A ironia é outro atributo presente nos seus diálogos. Segundo Propp a ironia pode ser encontrada tanto na vida como na literatura e assume-se nas mais diversificadas configurações (Propp: 1992, 125). Em José Daniel Rodrigues da Costa, a ironia estará inserida sobretudo nos seus juízos de valor e no que diz respeito ao período conturbado por que passou Portugal no século XIX, a título de exemplo no diálogo *Conversação Nocturna*, verificamos uma reflexão acerca da abundância de editais nas esquinas: "(...) pelo verão também eram certos como pepinos no seu tempo, os Editais de Touros; (...)" (Costa, 1812: 6) evidenciando a ironia e a comédia em simultâneo tal como verificado no diálogo o *Hospital do Mundo*, quando um homem dorme na casa de uma mulher casada e acaba por sair apressado, a personagem médico aconselhou-o em tom irónico que este doente se for dormir em casa alheia deve pedir autorização à dona da casa e deve pedir licença ao marido.

Apesar de o escritor escrever os seus diálogos com base na veracidade dos acontecimentos, José Daniel utiliza a ficção para construir histórias e/ou situações que poderiam suceder na comunidade de forma exacerbada, por vezes, mas muito imaginativa e engraçada. O escritor emprega o humor e a sua ironia com o intuito de conseguir corrigir os vícios dos indivíduos e expressar o seu descontentamento.

A utilização de todos estes recursos fará com que os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa, que são extremamente críticos, sejam atenuados com a graça da comédia. A sua linguagem coloquial, presente nas marcas de oralidade, fazendo uso de expressões e ditados populares que usamos no nosso quotidiano tornará os seus textos facilmente compreensíveis. É esta linguagem simples que fará com que as falas das respetivas personagens façam com que todo o diálogo seja engraçado.

Em suma, concluímos que José Daniel Rodrigues da Costa escreve para todas as pessoas e para todas as classes, porém não poderá agradar a todos aqueles que o leem

como o próprio refere nos seus prólogos. O riso só é alcançável dependendo de cada indivíduo e das experiências de vida que teve. O humor que o escritor deposita nos diálogos é visível bem como o seu propósito, porém caberá ao leitor a aceitação dos seus diálogos como uma ofensa ou como diálogos divertidos que o farão refletir sobre a sociedade e o mundo. Rimos desses diálogos, sobretudo, por nos revermos em situações semelhantes, isto porque o escritor tem a particularidade de fazer com que riamos de nós próprios.

Conclusão

Sabemos que os diálogos portugueses têm a mesma estrutura daqueles que surgiram inicialmente como sendo os primeiros escritos na antiguidade clássica, contudo verificamos que as temáticas mudaram. Nesta dissertação de mestrado assumiu-se como objetivo compreender e analisar os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa relativamente à sua estrutura interna e externa. Poderíamos questionar: Onde surgiu a sua inspiração para escrever os diálogos visto que a sua formação em letras era escassa? Dificilmente conseguiríamos responder à pergunta com exatidão. Contudo, consideramos que as suas leituras individuais terão sido um fator fundamental e a razão da sua inspiração.

Neste sentido, conseguimos observar a constituição dos diálogos de forma pormenorizada, desde a análise externa que diz respeito à identificação dos elementos denominados de paratextos que facilmente são identificados a partir da folha de rosto até aos conteúdos internos dos diálogos. Cumprimos a tarefa de entender o propósito da utilização dos paratextos com sentido, em relação aos diálogos. Porém, segundo o estudioso Genette não é uma regra que os paratextos constituintes de uma obra tenham de ter sentido.

No caso de José Daniel Rodrigues da Costa os paratextos utilizados têm sempre a finalidade de oferecer ao leitor informação sobre o que poderá esperar na leitura dos diálogos, por exemplo os títulos e as epígrafes fornecem a informação acerca das personagens e a temática. Apesar da informação ser revelada no início da leitura, ou seja, na folha de rosto não significa que o leitor não será surpreendido no decorrer da sua leitura. Surgirão outros personagens e diversificados subtemas a serem abordados para que possam ser refletidos após a leitura.

Os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa têm como principal temática os vícios da sociedade. O escritor explicita nos seus prólogos o grande interesse de expor os vícios da sociedade de forma irónica e humorística. Os diálogos de José Daniel abordam subtemas diversificados e de grande relevância, culminando todos num tema principal: os problemas da sociedade. Todos os subtemas incidem na vida quotidiana da sociedade portuguesa desde o seio familiar até às relações em sociedade. Todos estes males expostos

nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa facilmente serão encontrados nos dias atuais. Posto isto, depreendemos que apesar da evolução da sociedade as mentalidades continuam ainda em fase de desenvolvimento. Ainda existe um longo caminho para que possamos olhar para os “problemas” que o escritor expõe nos seus diálogos sem crítica extremamente violenta, ofensiva e preconceituosa. Poderemos afirmar que um objetivo claro destes diálogos é ensinar sobre a necessidade de observar e aprender sobre alguns comportamentos da sociedade sem julgamentos, apenas filtrando exemplos que sirvam para mudar as nossas vidas para que possamos contribuir para uma sociedade melhor.

Tivemos ainda, a abordagem das invasões napoleónicas como um fator de fragmentação da sociedade portuguesa, dando a entender que a história e a literatura fundem-se em harmonia nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa. O escritor retrata o povo português no século XIX e mostra a resiliência de uma nação abandonada pelo seu rei, à mercê dos invasores. As revoluções francesas trouxeram consigo grandes mudanças na sociedade portuguesa, fazendo-a perder a sua própria identidade e cultura, tornando-se numa sociedade "afrancesada", trazendo assim consequências nefastas para o país: os produtos nacionais não tinham como competir com os produtos franceses, houve uma grande desvalorização pela cultura portuguesa com a adoção dos costumes franceses, nomeadamente o modo de vestir, as decorações das casas e a adoção exagerada de palavras francesas, os galicismos. No que diz respeito aos bens materiais, a riqueza e a afirmação das classes mais nobres da sociedade passariam pela necessidade de ostentar o luxo francês. Outro aspeto negativo advindo com a preferência francesa é a desvalorização da produção portuguesa.

As personagens constituíram-se como elemento fundamental dos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa. Exemplo disso são as personagens que concedem forma e sentido ao diálogo com as suas intervenções críticas e opiniões. Percebermos que as personagens têm funções que se podem ou não manter até ao fim do diálogo, o escritor estrutura de forma clara e objetiva para que o leitor entenda o papel de cada personagem

A análise do tipo de discurso utilizado nos diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa é sobretudo merecedora da nossa observação, pois, foi possível identificar a narrador omnipresente relativamente aos discursos indiretos. O narrador cumpre a função elementar dos diálogos e complementa a função de certas personagens nos diálogos, como

é o exemplo das personagens o Enfermeiro no *Hospital do Mundo* e o Penitente na *Confissão que faz certo penitente*.

O riso, a comédia e a ironia são características que tornam os diálogos de José Daniel Rodrigues da Costa distintos. A crítica surge de forma atenuada graças ao recurso da ironia e do cômico utilizado pelo escritor. Os objetivos dos seus textos não são meramente expositores dos males da sociedade como refere o escritor diversas vezes nos seus prólogos, também são textos de divertimento, porém caberá a quem os ler se deles escolherem o tipo de experiência de leitura querem desfrutar: entretenimento ou de ofensa.

Para concluir, poderemos dizer que o tempo foi implacável para este escritor, deixando-o cair no esquecimento, em detrimento de outros escritores afamados da mesma época que são lembrados até hoje, a título de exemplo, Bocage. Só no século XX e XXI estudiosos se interessaram em estudar o escritor. Com esta dissertação quisemos cumprir contribuir não só para o conhecimento acerca do género que é o diálogo como também resgatar do esquecimento José Daniel Rodrigues da Costa.

Bibliografia

Bibliografia Específica

COSTA, Daniel. (1805). *Hospital do mundo: obra crítica, moral e divertida em que he medico o desengano e enfermeiro o tempo*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

COSTA, Daniel (1812). *A conversação nocturna das esquinas do Rocio de Lisboa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

COSTA, Daniel. (1816). *Tribunal da razão: onde he arguido o dinheiro pelos queixosos da sua falta: obra crítica, alegre e moral*, Lisboa: Officina de J. F. Monteiro de Campos.

COSTA, Daniel. (1822). *Confissão que faz certo penitente aos pés do ex-paulista encomendado*. Lisboa: Lino da Silva Godinho.

COSTA, Daniel. (1823). *Azurrague de Patifes ou Dialogo entre um Portuguez Honrado, e um Sevandija Peralvilho: No dia 5 de Junho de 1823*. Coimbra: Imprensa Christãa.

COSTA, Daniel. (1825). *A Murmuração entre hum doctor velho, hum capitão, hum frade, hum poeta... Sentados no Passeio Público (I e II)*, Lisboa: Nova Typ. Silviana.

Bibliografia Geral

ARAÚJO, Ana Cristina. (2009). Vocabulário, Imagens e, modalidades irónicas de comunicação política em finais de Antigo Regime. O caso de José Daniel Rodrigues da Costa. In *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães- Do Absolutismo ao Liberalismo*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães. pp. 147-173

CARVALHO, José. (2017) Anticlericalismo/anticatolicismo e clericalismo/catolicismo em Portugal nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórico. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. nº20.

COUTINHO, José. (2018). História religiosa de Portugal e teorias da secularização: da primeira dinastia à actualidade. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XI, n. 31, Maio/Agosto de 2018 - ISSN 1983-2850 / História religiosa de Portugal e teorias da secularização: da primeira dinastia à actualidade, 143-166.

GENETTE, Gérard. (1987). *Seuils*. Collection Poétique. Paris: Seuil.

FERREIRA, Palma. (1982). *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. 1º edição. Lisboa.

FERREIRA, João Pedro. (2018). *Castigar a rir. O humor na imprensa periódica em Portugal (1797- 1835)*. Tese de doutoramento: Universidade Nova de Lisboa.

FERREIRA, Maria. (2011). *José Daniel Rodrigues da Costa (1755/56- 1832) Um autor ao serviço da educação dos povos*. Dissertação de mestrado: Universidade de Lisboa.

FRANCISCO DA SILVA, Inocêncio. (1860). *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo IV, Lisboa: Imprensa Nacional.

LOPES, Nei. (1942). *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. 4º edição. Solo negro.

MARQUES, João. (2009). Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX. *Revista da Faculdade de Letras- História*. Porto, III Série, vol. 10. pp. 37-42.

NASCIMENTO, Maria Teresa. (2011). *O diálogo na literatura portuguesa: Renascimento e Maneirismo*. Coimbra: Centro de Estudos Camonianos.

PIMENTA, Alberto. (1978). Prefácio. In: *O balão aos habitantes da Lua*, José Daniel Rodrigues da Costa. Lisboa: Edições 70, p.91.

Webgrafia

ALBERTI, Verena. (1999). *Riso e o Risível*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2º Edição. Consultado a: 3 de janeiro de 2022. Disponível em: [O Riso e o Risível - Verena Alberti - Google Livros](#)

BARBOSA, S. de F. P. (2017). José Daniel Rodrigues da Costa e a imprensa periódica jocosa de Portugal do século XVIII. *Gragoatá*. 22(43), 672-695. Consultado a: 2 de novembro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i43.33493>

BERGSON, Henri. (1982). *O Riso- ensaio sobre a significação do cômico*. 2º edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Consultado a: 20 de fevereiro 2022. Disponível em: <https://meupdf.com/bergson-henri-o-risopdf/>

DIAS, C. & Moya, I. (2007) *Hospitalidade, da imagem ao simbólico*. Trabalho e artigo apresentado no XXX Intercom. Santos-SP. Consultado a: 1 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.google.pt/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjtuqCjbX4AhWLQvEDHR6_ASgQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.ucp.pt%2Findex.php%2Fcpedagogiasocial%2Farticle%2Fview%2F1966%2F1889&usg=AOvVaw1KXwZOS7EOzicQ7LFCEw-r

GONÇALVES, Adolto. (2007) *As Sombras de Bocage*. Consultado a: 3 de novembro de 2020. Disponível em: <https://tertuliabocage.blogs.sapo.pt/119188.html>

GRIMAL, Pierre, 1912- *Dicionário da mitologia grega e romana*. Tradução de Victor Jabouille- 5ª ed. 2005. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Consultado a: 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/421355785/GRIMAL-Pierre-Dicionario-de-mitologia-grega-e-romana-Traducao-de-Victor-Jabouille-pdf>

MACHADO, Álvaro. (2011-2012) Invasões Francesas e Pré-Romantismo Português- Francofobia e Anglomania. *Carnets, Invasions & Évasions. La France et nous; nous et la France, numéro spécial automne.hiver*. pp. 29-43. Consultado a: 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/carnets/7262>

MARTINS, P. C. de M.. Padroado Régio no Auge do Império Brasileiro. *Revista Brasileira De História Das Religiões*. Consultado a: 22 de maio de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v3i9.30367>

NASCIMENTO, Maria Teresa. (2017). *O diálogo na Literatura Portuguesa do Século XIX: Identificação e caracterização do corpus*. Anais do XXVI Congresso Internacional da Abraplip: ensino e pesquisa da literatura portuguesa no Brasil e no mundo. Curitiba UFPR, pp. 1208-1218. Consultado a: 9 de julho de 2020. Disponível em: <http://abralic.org.br/eventos/cong2008/AinaisOnline/>

NORONHA, José. (1867). *Manoel Maria Du Bocage Excerptos: seguidos de uma notícia sobre sua vida e obras, um juízo crítico, apreciações de belezas e defeitos e estudos da língua*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier. Consultado a: 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://archive.org/details/manoelmariadubo00bocagoog/page/n7/mode/2up>

PEREIRA, Carolina. (2015). “ARS MEMORIAE. Ilustre. Conterrâneo: José Daniel Rodrigues da Costa, O Josino Leiriense”. *Cadernos de Estudos Leirienses*- 6 dezembro. Consultado a 10 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/19304503/ARS_MEMORIAE_Um_ilustre_conterr%C3%A2neo_Jos%C3%A9_Daniel_Rodrigues_da_Costa_o_Josino_Leiriense

PROPP, Vladimir. (1992). *Comicidade e Riso*. São Paulo: Editora Ática S.A. Consultado a: 15 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/421525968/PROPP-Vladmir-Comicidade-e-riso-pdf>

SOARES DE ABREU, Ilda (2010). O ar do tempo: a moda “à francesa”. *Revista HMIC*, número VIII. Consultado a 5 de novembro 2021. Disponível em: <http://webs2002.uab.es/hmic>

ANEXOS

ANEXO I

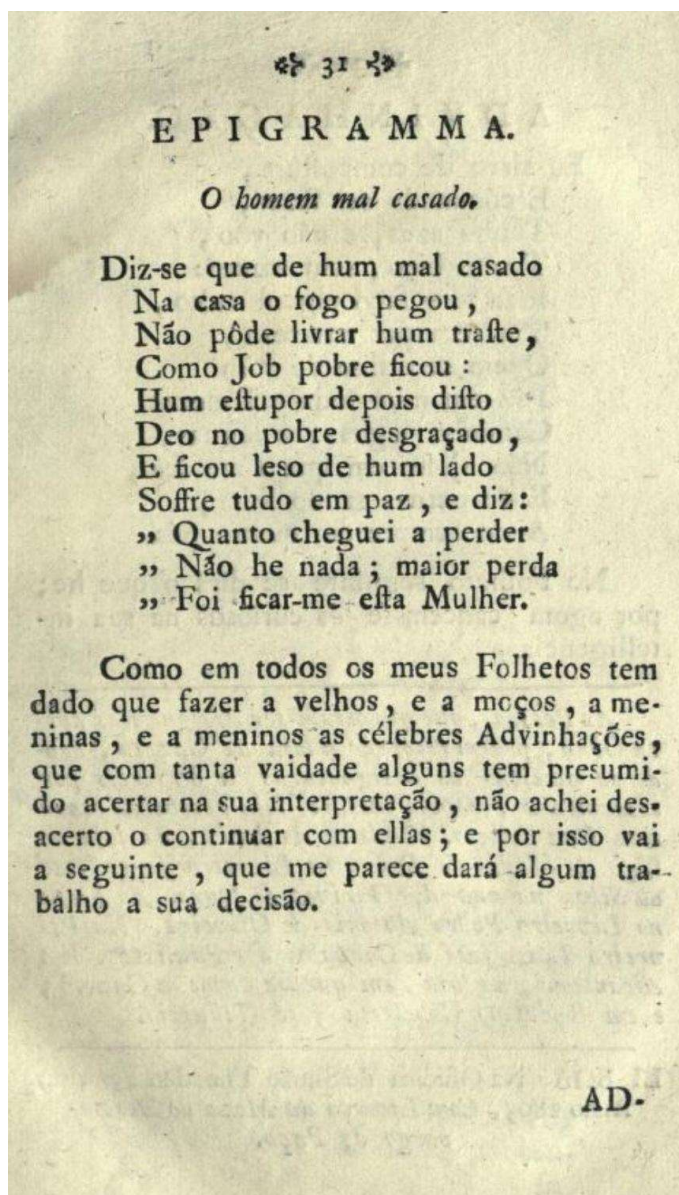


Figura 1: Exemplo de outro género encontrado nos folhetos.

ANEXO II



Figura 2: Retrato do escritor com a indicação do pseudónimo utilizado.

ANEXO III

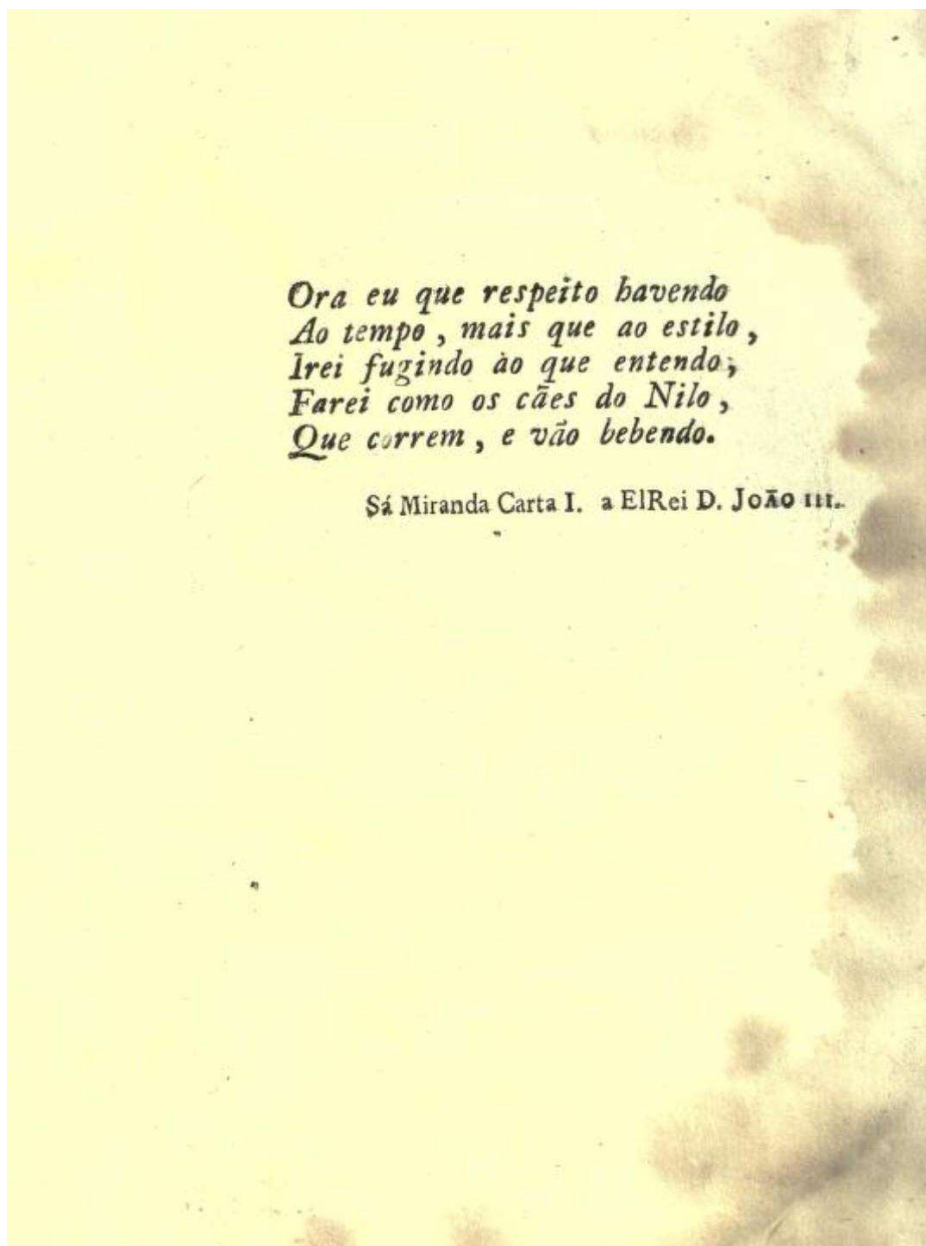


Figura 3: Exemplo de uma citação de outro autor sem referência ao ano da publicação e paginação.

ANEXO IV

KE 15660



Debaixo de huma critica miuda
Córto os vicios, que aos homens precipitão:
Feliz daquelle, que em vencer estuda
Dominantes paixões, que nos agitação:
A pura, e sã Moral esta obra escuda;
Que as correcções virtudes facilitão;
Mas quem dellas tirar lição não sabe,
Deve esperar o nome, que lhe cabe.

Figura 4: Exemplo de uma citação do próprio escritor.

ANEXO V



Figura 5: Exemplo de um folheto mensal.